

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Anuário do Instituto Rio-Branco

1981

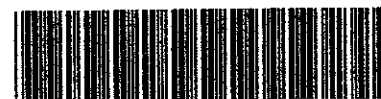
ANUÁRIO DO INSTITUTO RIO-BRANCO - 1981

IRBR

37.014.25(058)"1981"

8823a

1378/99



L0000001411



INSTITUTO RIO-BRANCO

23x8/99

INSTITUTO RIO-BRANCO
1981

Diretor:

Embaixador Sergio Fernando Guarischi Bath
(1/1 a 13/4)

Diretor-substituto:

Ministro Oswaldo Biato
(14/4 a 31/12)

Chefe da Secretaria:

Ministro Oswaldo Biato
(1/1 a 10/11)
Conselheiro Livieto Justino de Souza
(11/11 a 31/12)

Coordenador de Ensino:

Ministro Oswaldo Biato
(1/1 a 31/12)

Coordenadora-Adjunta:

Clarisse Jeanne Filiatre Ferreira da Silva
(1/1 a 31/12)

Assessores do Diretor:

Conselheiro Maria da Natividade Ribeiro Petit
(1/1 a 31/12)
Conselheiro Livieto Justino de Souza
(1/8 a 10/11)

Assistentes do Diretor:

Conselheiro Francisco Hermógenes de Paula
(1/1 a 26/8)
Conselheiro Clóvis Correa Palmeiro da Fontoura
(27/8 a 31/12)
Secretário Luiz Carlos Feldman
(1/1 a 26/8)

SUMÁRIO

<i>Instituto Rio-Branco</i>	
Histórico	11
Organização	13
<i>Atividades do Instituto Rio-Branco</i>	
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	17
Disposições gerais	17
Vestibular 1981	19
Características das provas — Programas	23
Provas do Exame Vestibular 1981	29
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	37
Organização do Curso	37
Ano letivo 1981	41
Diplomandos de 1981	49
Programas	55
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos Estudos	81
Curso de Formação de Diplomatas no Suriname	85
Formatura da Turma de 1980	87
<i>Professores do IRBr em 1981</i>	93
<i>Legislação</i>	111

INSTITUTO RIO-BRANCO

Histórico
Organização

HISTÓRICO

O Instituto Rio-Branco foi criado pelo Decreto-lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945, na ocasião das comemorações do Centenário do Barão do Rio-Branco. A idéia, já anteriormente lançada pelo Embaixador Jorge Latour, quando ainda Secretário, voltou a tomar impulso, dinamizada pelo seu próprio autor.

Os objetivos específicos do Instituto são, de um lado, a formação básica do diplomata profissional e, de outro, a manutenção do seu aperfeiçoamento contínuo.

A regulamentação e o início da realização das metas, fixadas pelo Decreto-lei nº 7.473, ocorreram já no Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, no quadro do Decreto-lei nº 9.032, de 6 de março de 1946.

Os diplomas legais que criaram o Instituto Rio-Branco e lhe regulam o funcionamento mantêm o sistema dualista de admissão à Carreira diplomática, isto é, de concursos diretos, chamados concursos de provas, e de exame vestibular seguido do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, com a duração de dois anos. Esta última forma vem prevalecendo sobre a primeira, por responder à necessidade de fornecer aos futuros Diplomatas treinamento profissional prévio, adequado, recorrendo-se ao concurso de provas apenas quando o número de vagas na classe inicial da carreira o exija.

Pelo Decreto nº 45.535, de 5 de março de 1959, foi alterada a sistemática do Exame Vestibular, no sentido de que seu processamento se realize em duas etapas, a primeira de provas vestibulares iniciais, aplicada em diferentes Capitais estaduais. O trabalho de seleção passou a ser realizado também em localidades onde se apresente número suficiente de candidatos, ampliando-se assim a área geográfica do recrutamento e logrando-se ao mesmo tempo a descentralização do Exame Vestibular.

Até 1981 foram realizados 36 exames vestibulares e através do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, formaram-se 691 diplomatas. Com a nomeação da turma de 1981 elevou-se a 830 o número de funcionários que ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco, incluindo-se, entre estes, os 104 recrutados mediante Concurso de Provas relativas aos anos de 1954, 1955, 1962, 1967, 1975, 1977 e 1978.

Por despacho de 5 de junho de 1975 o Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura homologou o Parecer nº 1.842/75, do Conselho Federal de Educação, que reconhece o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

como curso de graduação de nível superior e atribui ao Instituto Rio-Branco a designação de estabelecimento de nível superior.

Nos termos do Relatório que informou o citado Parecer, o reconhecimento em questão "permite aos diplomados pelo CPCD gozar das prerrogativas que a lei confere aos formados por curso superior".

Como resultado do Plano de Reforma e Transferência do IRBr, aprovado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores em fins de 1975, foi possível implementar, já em Brasília, as seguintes inovações:

- a) realização do Exame vestibular para o CPCD em junho e julho de 1976 pela primeira vez coordenado na Capital Federal;
- b) recebimento de bolsistas estrangeiros, provenientes de países em desenvolvimento na América Latina e África, que se destinam à carreira diplomática no respectivo país;
- c) expansão da carga de matérias profissionalizantes;
- d) estágios profissionalizantes em três departamentos;
- e) designação de Orientadores para os alunos.

ORGANIZAÇÃO

O Instituto Rio-Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Ministro de Estado.

As atividades do Instituto são disciplinadas pelo Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Decreto nº 71.534, de 12 de dezembro de 1972, complementado pela Portaria nº 456, de 24/10/77 e por Regulamento próprio, aprovado pela Portaria nº 426, de 26 de dezembro de 1975.

O Instituto Rio-Branco tem por finalidade:

I — o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a Carreira de Diplomata; e

II — a execução de cursos de aperfeiçoamento ou especialização de servidores do Ministério das Relações Exteriores.

O Instituto, sob a Chefia do Diretor, compreende: Secretaria (SBR) e Coordenação de Ensino (CEBR).

O Diretor é nomeado pelo Presidente da República e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário-Geral, entre os Ministros de Primeira e Segunda Classe.

O Chefe da Secretaria e o Coordenador de Ensino são nomeados pelo Ministro de Estado entre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe, Conselheiro e Primeiro Secretário.

Para preencher as suas finalidades, o Instituto Rio-Branco mantém os seguintes cursos:

- 1) Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD);
- 2) Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD);
- 3) Curso de Altos Estudos (CAE);
- 4) Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização de Servidores do Ministério das Relações Exteriores.

O Instituto poderá realizar outros cursos, além dos acima mencionados, no interesse do Ministério das Relações Exteriores.

O Instituto organizará concursos de provas para ingresso direto na Carreira de Diplomata, sempre que as necessidades de recrutamento o exigirem.

ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos Estudos
Curso de Formação de Diplomatas no Suriname
Formatura da Turma de 1980

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO
À CARREIRA DE DIPLOMATA

DISPOSIÇÕES GERAIS

São condições para a inscrição no Exame Vestibular:

- a) ter nacionalidade brasileira e preencher os requisitos do artigo 145, parágrafo único, da Constituição Federal;
- b) contar no mínimo dezanove anos e no máximo trinta anos, no dia 1º de janeiro do ano seguinte;
- c) estar em dia com o serviço militar;
- d) possuir título de eleitor, em dia;
- e) ter bons antecedentes;
- f) apresentar diploma ou certificado de conclusão de Curso Superior ou, na falta deste, certificado que comprove ter já terminado no mínimo a 2ª. série, ou 4º período ou semestre, de Curso de Graduação de Ensino Superior, reconhecido. Desse certificado devem constar o número e a data do decreto de reconhecimento do Curso. O total de créditos alcançados deve caracterizar bom aproveitamento, em ritmo normal. Caso se trate de documento expedido por universidade estrangeira, será indispensável comprovar a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil.

O Exame Vestibular realiza-se em 3 fases:

1ª Fase: Provas Vestibulares iniciais: Português, Francês e Inglês (provas escritas). Realizam-se simultaneamente na sede do Instituto Rio-Branco em Brasília, e em Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, sedes dos Centros Regionais de Inscrição do Instituto Rio-Branco.

2ª Fase: Exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigações e entrevistas, a cargo de entidade ou junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco, complementados pelo exame dos costumes e conceito corrente do candidato. Todos esses elementos são avaliados por uma Comissão também designada pelo Diretor do IRBr, cujo parecer, depois de submetido ao Diretor do Instituto ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, pode ter efeito eliminatório.

3ª Fase: Provas vestibulares finais. São provas escritas de História do Brasil, História Mundial e Geografia do Brasil (eliminatórias) e de Geografia Geral, Noções de Direito e Noções de Economia (classificatórias).

As provas vestibulares das 2ª e 3ª fases realizam-se em Brasília. Os candidatos residentes nos Estados que se habilitam nas provas iniciais têm transporte e hospedagem em Brasília pagos pelo Instituto Rio-Branco.

São considerados aprovados os candidatos que obtêm a média global mínima de 60 pontos. Os candidatos aprovados ficam habilitados a matricular-se no 1º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, de acordo com a classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo edital de abertura de inscrição. O Exame Vestibular só é válido para matrícula no CPCD no ano letivo imediato.

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva

Ao 1º e 2º colocados no Exame Vestibular ao CPCD são conferidas, respectivamente, medalhas de prata e de bronze.

O prêmio foi estendido aos candidatos aprovados em 1º e 2º lugares no Concurso de Provas para Ingresso Direto à Carreira de Diplomata, e, com efeito retroativo, também aos diplomatas ingressados por Concurso de Provas anteriores que obtiveram, no respectivo Concurso aquelas classificações, de acordo com a Portaria nº 476, de 31.5.78.

VESTIBULAR 1981

Provas Iniciais

As inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata estiveram abertas de 9 de abril a 11 de maio de 1981, em Brasília e nos centros regionais de inscrição já mencionados.

As provas vestibulares iniciais efetuaram-se nos dias 26, 27 e 28 de maio, em Brasília e nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza.

A banca examinadora, presidida pelo Ministro Oswaldo Biato, Diretor-substituto do Instituto Rio-Branco, e assessorada pelo Conselheiro Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit, ficou assim constituída:

Português: Augusto Estellita Lins e Antônio Salles Filho

Francês: Liliane F. A. Fréchet Ramière e Clarisse F. da Silva

Inglês: Sara Burkitt Walker e John Stanley Trzeciak

As provas realizadas fora de Brasília foram aplicadas pelos seguintes diplomatas:

Rio de Janeiro – Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit

Belo Horizonte – Douglas Vasconcellos

Curitiba – Marisa Lamback

Fortaleza – João Carlos Souza Gomes

Porto Alegre – José Fernando Vallim

Recife – José Borges

Salvador – José Vicente Lessa

São Paulo – Paulo Roberto Palm e José Fiuza

Movimento

Inscritos	1.194
Desistentes	683
Submeteram-se às provas	511
Aprovados	60

*Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica,
Investigação Social e Entrevista*

Os exames da 2ª fase do Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata tiveram início no dia 1º de julho de 1981. Os exames de sanidade e capacidade física foram realizados no Hospital Presidente Médici, em Brasília. Os exames de sanidade e capacidade psíquica foram feitos no Instituto de Psicologia, Seleção e Orientação (IPSO), também em Brasília, presidido pelo Dr. Geraldo Servo, Diretor do IPSO. Como coordenador dos referidos exames foi designado o Dr. Rodrigo Otavio de Souza e Silva, Encarregado do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores em Brasília.

A comissão incumbida de avaliar a aptidão dos candidatos, de conformidade com o disposto no Art. 7º e parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Embaixador Adolpho Correa de Sá e Benevides, Ministro Antonio Sabino Cantuária, Ministro Guilherme Luiz Belford Roxo Leite Ribeiro, Ministro Luiz Felipe de La Torre Benitez Teixeira Soares e Conselheiro Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit.

Movimento

Convocados	60
Desistentes	0
Inabilitados	19
Habilitados	41

Provas Finais

As provas vestibulares finais realizaram-se de 21 a 31 de julho. A banca examinadora, presidida pelo Diretor-Substituto do Instituto Rio-Branco, Ministro Oswaldo Biato, e assessorada pela Senhora Clarisse Jeanne France Filia-tre Ferreira da Silva, Coordenadora Adjunta de Ensino, ficou assim constituída:

História do Brasil

Professor Hamilton de Mattos Monteiro

Geografia do Brasil

Professor Aziz Ab'Saber

Geografia Geral

Professora Ignez Costa Barbosa Ferreira

História Mundial

Professor Amado Luiz Cervo

Noções de Direito

Professor José Francisco Rezek

Noções de Economia

Professor José Ferreira Lopes

Movimento Geral

Convocados	41
Desistentes	0
Inabilitados	4
Habilitados	37

Foi a seguinte a classificação final:

Paulo Mendes de Carvalho
Rodrigo do Amaral Souza
Santiago Irazabal Mourão
João Pedro Corrêa Costa
Aldemo Serafim Garcoa Junior
André Nabarrete Neto
Carlos Alberto Michaelsen den Hartog
Carlos Sergio Sobral Duarte
Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo
Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto
Sérgio Schiller Thompson-Flôres
Bruno Luiz dos Santos Cobuccio
João André Pinto Dias Lima
André Aranha Corrêa do Lago
Leonardo Carvalho Monteiro
Elizabeth Sophie Mazzella di Bosco Balsa
Silvio Rhomedes Bandeira Assumpção
Milton Rondó Filho
David Silveira da Mota Neto
José Luiz Vieira
Nei Futuro Bittencourt
Fernando de Mello Vidal
Regina Celia Oliveira Bittencourt
Silas Leite da Silva
Marcos Leal Raposo Lopes
José Mario Ferreira Filho
Clemente de Lima Baena Soares
Sérgio Barreiros de Santana Azevedo
Santiago Luis Bento Fernández Alcázar
Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva
Silvio Menezes Garcia
Vera Cintia Álvarez
Norton de Andrade Mello Rapesta
Pedro Paulo d'Escagnolle Taunay

Lys Amayo de Benedek Lopes
 Marcia Maria Coutinho Adorno
 Nelson Antonio Tabajara de Oliveira

Fizeram jus ao prêmio Lafayette de Carvalho e Silva: Paulo Mendes de Carvalho (1º lugar, medalha de prata) e Rodrigo do Amaral Souza (2º lugar, medalha de bronze).

CARACTERÍSTICAS DAS PROVAS – PROGRAMAS

- I) A prova de Português constou das seguintes partes:
 - a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 450 palavras.
valor: 60 pontos.
 - b) resumo de um texto.
valor: 40 pontos.

A prova procurou avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (estilo, sintaxe, léxico, ortografia, acentuação, pontuação) como a sua estruturação, a relevância e adequação das idéias com respeito ao tema.
- II) As provas de Francês e de Inglês constaram de duas partes:
 - a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 400 palavras.
valor: 60 pontos.
 - b) versão de um texto.
valor: 40 pontos.
- III) As demais provas se compuseram de:
 - a) dissertação, no valor de 40 pontos;
 - b) três pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma.
- IV) Todas as provas foram escritas, com a duração de quatro horas e meia.

HISTÓRIA DO BRASIL

1ª Parte

1. *A Independência e seus Antecedentes:* A situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações.

O Brasil, sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a independência do Brasil.

2. *O Brasil Imperial – Política e Administração:* A Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos: os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
3. *O Brasil Imperial – Economia:* A estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas consequências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. *O Brasil Imperial – Sociedade e Cultura:* A população. A estrutura social. Vida cultural.
5. *O Brasil Imperial – Política Externa:* O reconhecimento da Independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. *O Advento da República:* As crises do fim do Império; a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo.

2ª Parte

7. *O Brasil Republicano – Política e Administração:*
 - a) *A Primeira República (1889–1930)* – O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
 - b) *A Segunda República (a partir de 1930)* – O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.
8. *O Brasil Republicano – Economia:*
 - a) *A Primeira República (1889–1930)* – A estrutura econômico-financeira; as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas consequências.
 - b) *A Segunda República (a partir de 1930)* – A industrialização. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira. A política econômica a partir do Movimento de 1964.
9. *O Brasil Republicano – Sociedade e Cultura:* A população: a expansão demográfica; a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista.
10. *O Brasil Republicano – Política Externa:*
 - a) *A Primeira República (1889–1930)* – O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do

Rio-Branco. O Brasil e o Pan-Americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

- b) *A Segunda República (a partir de 1930)* – A Política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

HISTÓRIA MUNDIAL

1ª Parte

1. Transformações do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.
2. Da Era Napoleônica à Europa da Santa Aliança.
3. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades no século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.
4. A expansão da Europa no século XIX. A política das Grandes Potências na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.
5. A política européia do Congresso de Berlim de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O Sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.
6. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2ª Parte

7. A Primeira Guerra Mundial e suas consequências políticas, sociais e econômicas. Os Princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.
8. A Europa entre as duas Guerras. A Crise Econômica de 1929–1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo.
9. A Segunda Guerra Mundial e suas consequências. As Conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
10. A Reconstrução da Europa. O Plano Marshall e a política de integração econômica. A Comunidade Econômica Européia e o Bloco Soviético. A Comunidade Britânica.
11. A Ásia de 1918 a 1965. A dissolução do Império Otomano. A Liga Árabe e o Estado de Israel. A Índia, a China e o Japão.
12. A Guerra Fria e a formação de blocos. O problema de Berlim. A Guerra da Coreia. A OTAN e o Pacto de Varsóvia.
13. A emancipação das Nações Africanas.
14. O Mundo, de 1945 a 1965. Os problemas econômicos e a revolução tecnológica e científica. Os principais problemas políticos e militares na Europa, Ásia e África. A ação da ONU.

3ª Parte

15. Os movimentos de Independência na América e a formação de novos Estados.
16. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento Econômico. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A guerra com a Espanha.
17. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
18. Os Estados Unidos entre as duas guerras: o isolacionismo; Roosevelt, o "New Deal" e a política da Boa Vizinhança.
19. A América Latina entre as duas guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
20. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano.
21. O Pan-americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução. O Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.
22. As Américas de 1945 a 1965. Desenvolvimento econômico e problemas sociais e políticos. A cooperação interamericana.

GEOGRAFIA GERAL

1. Os componentes naturais. Inter-relações do relevo, clima, vegetação e solo; os grandes ecossistemas da superfície terrestre e sua significação para o homem.
2. A ação humana. Distribuição, crescimento e mobilidade espacial da população.
3. A Anglo-América. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
4. A Europa Ocidental. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
5. A Europa Oriental. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
6. A América Latina. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
7. O Continente Africano. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
8. A Ásia e o Pacífico. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.

GEOGRAFIA DO BRASIL

1. Quadro natural: Características gerais e principais unidades do relevo brasileiro. Os recursos do subsolo.

2. As grandes unidades climático-botânicas e suas relações com a ocupação humana.
3. Distribuição geográfica da população e seus fatores: o povoamento, o crescimento vegetativo, as migrações internas e o processo de urbanização. Estrutura etária e profissional da população.
4. Características da agricultura no Brasil: a estrutura fundiária; a utilização da terra; áreas agropastoris; expansão da fronteira agrícola.
5. Características e distribuição espacial da atividade industrial. Principais centros industriais. A infra-estrutura para o desenvolvimento: o potencial energético e seu aproveitamento; a rede de transporte.
6. As grandes regiões brasileiras: o quadro natural e a ocupação humana.

NOÇÕES DE DIREITO

1. O Direito objetivo. A norma jurídica: estrutura, validade, classificação. As fontes do Direito objetivo.
2. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica. Negócio jurídico.
3. Personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas de Direito público interno e de Direito privado.
4. Interpretação da norma jurídica: métodos tradicionais. Integração e aplicação do Direito.
5. Divisões do Direito: público e privado, interno e internacional, Situação do Direito Constitucional, do Direito Administrativo, do Direito Internacional Público e do Direito Internacional Privado no quadro classificatório.
6. O Estado brasileiro. Personalidade jurídica e soberania. O território brasileiro em sentido estrito e suas extensões legais.
7. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro.
8. Organização nacional. O regime republicano, a forma federativa do Estado e o sistema presidencial de governo.
9. A ordem jurídica. Competência da União e dos Estados federados.
10. Os três poderes independentes e harmônicos. Formação e estrutura.
11. O sistema de controle recíproco dos três poderes. A Constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da administração.
12. O processo legislativo no âmbito federal. Espécies. Formas de iniciativa. Procedimento ordinário.
13. Procedimentos especiais: a emenda à Constituição e as leis complementares. O decreto-lei.
14. O regime representativo. Direitos políticos. Alistabilidade e elegibilidade.
15. O sistema eleitoral. Condição jurídica dos partidos políticos. Disciplina partidária.
16. O tratado internacional: natureza jurídica, espécies, processos de elaboração, efeitos, extinção.

17. A condição jurídica do mar e do espaço aéreo. Canais, estreitos e rios internacionais.
18. Órgãos das relações internacionais. O serviço diplomático e serviço consular: imunidades e privilégios. A responsabilidade internacional do Estado.
19. As organizações internacionais: personalidade jurídica, estrutura, competência. Espécies de organizações internacionais.
20. A solução pacífica dos litígios internacionais: meios diplomáticos e políticos. A arbitragem. A solução judiciária.

NOÇÕES DE ECONOMIA

1. Princípios gerais de Economia. Agentes econômicos. Atividades econômicas. Bens e serviços. Fatores de Produção. Bens de consumo e bens de produção. O processo econômico. A produção e distribuição da riqueza.
2. Princípios gerais de Demografia. A população: estrutura por sexo, por idade; taxas de natalidade e de mortalidade; força de trabalho; especialização do trabalho, povoamento, movimentos demográficos.
3. A economia da empresa — Noções gerais. A empresa como unidade de produção. Noções gerais de concorrência perfeita, monopolística e oligopolística.
4. A renda nacional — Noções gerais. Produto nacional bruto. Produto nacional líquido. Renda Nacional. A formação e a repartição da renda nacional.
5. Noções gerais de conjuntura econômica. Estática e dinâmica econômica. Estrutura e conjuntura econômica. Ciclo econômico. Teorias do crescimento da renda.
6. Princípios de economia monetária. Noções de valor, de preço e de mercado. Oferta e procura. Moeda e crédito. A taxa de juros. Noções gerais sobre inflação e deflação.
7. Noções gerais de comércio internacional. Balanço de comércio e de pagamentos. Taxa de câmbio. Taxas aduaneiras e controle do intercâmbio. Relação de trocas. Princípios da teoria do comércio internacional.
8. Noções gerais de finanças. Finanças públicas e privadas. Tributação. Orçamento Público. Títulos públicos. Dívida pública.
9. Principais escolas econômicas. Linhas gerais das principais escolas: Mercantilista. Fisiocrática. Clássica. Neoclássica. Keynesiana, etc.

PROVAS DO EXAME VESTIBULAR — 1981

PORTUGUÊS

A — Redação

Valor: 60 pontos

Guia de Avaliação:

1. Estrutura e desenvolvimento — 15 pontos
2. Correção da expressão — 30 pontos
3. Propriedade da expressão — 15 pontos

Tema: “As relações internacionais se processam entre governos, povos, organismos e instituições, mas é o homem sua razão, instrumento e finalidade.”

B — Resumo

Valor: 40 pontos

Número de palavras: 150 a 200

Trecho do discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores, no dia 22 de abril de 1981, por ocasião das comemorações do Dia do Diplomata, na cerimônia de formatura dos alunos do Instituto Rio-Branco, turma de 1980:

“Estamos, hoje, reunidos para a cerimônia de conclusão do curso de preparação para a carreira diplomática do Instituto Rio-Branco.

Os meus novos colegas iniciam a carreira em momento especialmente complexo da realidade internacional. Os processos de transformação se aceleram; multiplicam-se sintomas de crise e tensão; são questionadas regras de comportamento internacional que a todos pareciam estabelecidas; os níveis de

interdependência aumentam, mas não se diluem as formas de dependência vertical; conflitos regionais rapidamente se tornam refratários a mediações e a propostas de paz; persistem formas de discriminação racial e do mais iníquo racismo; o longo processo de articulação de uma nova ordem econômica internacional deixa saldo pobre, mais de frustrações do que de resultados efetivos.

Esse elenco de questões internacionais contemporâneas sem dúvida sublinha o lado das dificuldades (porque na verdade, de tão fortes, às vezes obscurecem as linhas de esperança), mas constitui sem dúvida o cenário em que, daqui por diante, os diplomatas irão atuar.

É um espaço complexo. Os valores são fluidos. Não há tendências simples a registrar. Não há oposições inteiramente rígidas. Daí, a primeira lição a tirar é a da necessidade de participar. Num mundo de interações complexas, a participação universalista, aberta, a busca da oportunidade adequada, é exigência mínima. A participação, no limite dos interesses e dos meios do país, é o melhor caminho que serve efetivamente ao Brasil.

A situação internacional que nos acompanhará não promete uma carreira de diplomata amena ou fácil. Na verdade, a cada um desses problemas, corresponderá uma atuação que exigirá cautela, meditação, realismo e mesmo modéstia.

Mas, no trabalho cotidiano, os Senhores terão certos trunfos.

Um dos decisivos será o de que os Senhores são diplomatas no Brasil de hoje. No Governo do Presidente João Figueiredo, o país reflete suas melhores e mais autênticas vocações: a da liberdade, a do desenvolvimento e a da justiça social. O Estado e a sociedade buscam, em diálogo franco, sem constrangimentos ou hesitações, a implantação da democracia. O país vive plenamente sua autenticidade. O Estado tem de responder melhor e mais atentamente aos anseios da sociedade; servi-la melhor, e com ideais inabaláveis de democracia e justiça. Tornam-se mais prementes as exigências de representatividade, a que sempre respondeu a Casa de Rio Branco, com simultânea sensibilidade para as peculiaridades do meio externo onde atua.

Meus jovens colegas,

A democracia deve orientá-los e servir mesmo de inspiração em seu cotidiano. Não devem os Senhores fugir ao fato de que, como brasileiros e servidores públicos, a participação na implantação e aperfeiçoamento do processo democrático é tarefa de todos, em todos os momentos e instâncias de suas carreiras.

Sublinharia ainda que o momento exige de nós, diplomatas, e muito especialmente dos que trazem renovação e juventude para a Casa de Rio Branco, modos próprios para o exercício de nossa vocação. O momento não admite as direções unívocas e elitistas, as soluções fechadas, as fórmulas mágicas. O momento é de diálogo. É fundamental reforçar a sensibilidade aguda para as transformações da vida nacional; compreender as direções da mudança, aceitá-las e incorporá-las ao fazer diplomático. A diplomacia é, e deve

ser, representativa do país como um todo, como é realmente, sem artificialismos, sem falsas grandezas, sem antecipações açodadas, mas sem anacronismos. Captar cada momento é fundamental para que possamos representar o que o Brasil é permanentemente.

A representatividade é também uma dimensão real e imediata no próprio processo de recrutamento para o Instituto Rio-Branco. Tem sido preocupação constante ampliar ao máximo a igualdade de oportunidades na seleção dos futuros diplomatas e adotar, como única base para a seleção, o mérito e, na medida em que é possível aferir, a vocação. O Instituto Rio-Branco, pelos padrões estritamente democráticos de seus critérios de seleção e de acesso à carreira, se inspira na igualdade de oportunidades, sem discriminações e preconceitos. Os critérios procuram ser apenas os do interesse do serviço e, portanto, os de toda a comunidade.

A ação externa do Brasil é compatível com a democracia interna, no que ela tem de essencial porque reflete o caráter e os valores nacionais. Por isso, ela tende a criar confiança externa no país. A confiança nasce, também, do adequado relacionamento diplomático. De uma diplomacia clara, sem sofismas ou segundas intenções, que despreza hegemonias, que é fiel aos compromissos e à condição brasileira de país em desenvolvimento, e que busca permanentemente articular formas de cooperação internacional. Não queremos comportamentos de potência que repetem formas gastas dos jogos de poder, pois não permitem eles lastrear modalidades sólidas de cooperação.

Num segundo diapasão, queremos que sejam mais democráticas as relações entre as nações. Queremos que, a cada momento, haja participação ampla das nações nos negócios do mundo, e que sejam eliminados os obstáculos que dificultam a entrada equitativa no processo decisório internacional. Queremos liberdade para a escolha de caminhos, que a autodeterminação dos povos seja uma verdade política, e não fique sujeita a interesses específicos das Superpotências.

Numa terceira implicação da democracia para a atividade diplomática, devo indicar que o nosso regime nacional não nos privilegia na comunidade das nações, no sentido de nos tornarmos donos de soluções para outros países. Não temos, a qualquer título, a pretensão de deter o monopólio da verdade para as saídas para impasses institucionais ou quadros de crise internacionais. Nosso esforço pela experiência democrática pode ser útil para outras nações, mas jamais será pretexto para conselhos, influências e, muito menos, intervenções. A democracia é uma escola de compreensão dos limites mútuos de diferentes agentes políticos. Abre cenários de diálogo e negociação, vive deles. Estimula a igualdade exatamente porque as negociações entre desiguais são, em regra, formas veladas de ingerência. As lições da democracia valem fortemente para o mundo das nações e, como valor ocidental, deveriam, por exemplo, ser o miolo de propostas éticas para quebrar a rigidez de processos de negociação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Ao agradecer a generosidade de sua presença nas comemorações do Dia do Diplomata, devo mencionar a direção segura e objetiva que Vossa Excelência vem imprimindo à diplomacia brasileira. A fidelidade de Vossa Excelência às coisas brasileiras, sua preocupação permanente em construir uma nação com bases democráticas sólidas, sua constante abertura para a renovação e o diálogo, sua genuína preocupação com a justiça social, e o valioso desempenho pessoal de Vossa Excelência em tantos e importantes encontros internacionais têm sido exemplo e inspiração para os diplomatas brasileiros. A sua objetividade, que repudia falsos problemas e falsas antinomias, tem servido como leme seguro num momento em que os desafios da presença internacional do Brasil são difíceis e exigem a melhor liderança."

FRANCÊS

A – Redação

Valeur: 60 points

Instructions aux correcteurs:

1. Plan et développement – 15 points
2. Correction grammaticale – 30 points
3. Style – 15 points

Nombre de mots: 400 au minimum

"L'écologie s'oppose-t-elle au développement?" Essayez de justifier votre réponse par des exemples.

B – Thème

Valeur: 40 points

Traduire en français le texte suivant:

Alimentos. Plantando dentro dos Aeroportos.

A experiência começou em Curitiba, e deu certo. Repetiu-se em Lajes, Santa Catarina, com novo êxito. Transformou-se num programa nacional: o Ministério da Agricultura e a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero) assinaram convênio pelo qual as terras não utilizadas dos aeroportos poderão ser arrendadas para fins agrícolas.

Em Goiânia, o trabalho já começou: 265 hectares em volta do aeroporto de Santa Genoveva foram arrendados a preços simbólicos (20 a 40 cruzeiros mensais por hectare, mais uma participação, que varia entre 10% e 15%, no resultado das vendas). Entre pousos e decolagens, lavradores plantam arroz, mandioca, batata-doce, árvores frutíferas. Com bons resultados: dentro de um aeroporto as terras são planas, há infra-estrutura completa, não falta transporte, os produtos são colhidos bem perto dos centros de consumo.

"Só recomendamos uma coisa: que sejam escolhidas culturas resistentes à seca, já que não há muita chuva na área", diz o gerente administrativo da Infraero em Goiânia. "E damos todo o apoio: a Infraero seleciona as áreas aproveitáveis para atividades agrícolas, o Ministério da Agricultura faz os estudos da viabilidade econômica e financeira do aproveitamento das terras, proporciona assistência técnica aos agricultores, facilita-lhes a obtenção de crédito e a comercialização das colheitas."

A boa terra e o preço atraente levaram ao aeroporto gente e entidades que nunca pensaram em agricultura. Aos sábados, engenheiros, advogados e economistas apresentam-se como voluntários para o plantio, aplicação de adubos etc... Esperam produzir 12 toneladas de alimentos, que rendam cerca de 2 milhões de cruzeiros. Todo o lucro será destinado à assistência aos carentes.

Garantida a terra, será montada uma fábrica de farinha; e o resultado da experiência será aplicado em todas as capitais que tenham aeroportos. "É uma boa iniciativa, essa", sustenta o gerente da Infraero. "São terras ótimas, que podem produzir muito."

(Adaptado de Visão, 6/3/81).

INGLÊS

A – Composition

Value – 60 marks

Evaluation:

1. Grammatical accuracy – 30 marks
2. Plan and development of ideas – 15 marks
3. Quality of language – 15 marks

Write a carefully planned composition of about 350 words on the following subject: "Brazilian problems require Brazilian solutions. Our development should not be based on models imported from other countries." Discuss this statement with reference to one or more specific problems.

B – Translation

Translate the following text into English:

Sucessos Diplomáticos

No balanço provisório do primeiro terço do Governo Figueiredo, um lugar de destaque terá de ser reservado, forçosamente, para o terreno diplomático.

A política externa que o Itamaraty vem praticando, e que deve ser creditada em boa parte à capacidade de coordenação e à clareza do atual

Chanceler, já faz desse período de dois anos uma etapa privilegiada no relacionamento do Brasil com o resto do mundo, e especialmente com os seus vizinhos.

O segredo do muito que foi feito em tão curto prazo talvez esteja na conjugação de inteligência, trabalho sério e da discrição que quase caracteriza a atividade diplomática.

A recente visita do Presidente da República à Colômbia ilustra perfeitamente essas qualidades. A acolhida foi surpreendentemente boa num dos países-chave do Pacto Andino: as portas se abriam sem serem empurradas; o que demonstra a que ponto uma cuidadosa preparação e uma postura correta conseguiram desmanchar qualquer suspeita de *hegemonismo* a ser exercido pelo Brasil com relação aos seus vizinhos. Anulada esta suspeita, fica o terreno em condições de ser ocupado por um sempre crescente intercâmbio comercial, que no caso da Colômbia põe ao alcance do Brasil a oportunidade tão esperada de diversificar os nossos fornecedores de carvão.

O processo de integração regional foi levado adiante com perfeita coerência e impecável consideração. O Presidente Figueiredo não fez distinção, em suas visitas, entre países democráticos e sistemas políticos autoritários. Essa atitude foi fundamentada diversas vezes numa firme estrutura conceitual. Reivindicando o direito do Brasil de "falar com voz própria, e sempre em nome próprio", o Presidente defendeu, em Paris, a noção de que os Estados — como os homens — "não se amoldam a categorias absolutas".

Conciliando desembaraço e sofisticação, a diplomacia brasileira dá a impressão de ter resolvido quase sem esforço problemas historicamente sensíveis. Sem nenhuma críspação, sem hostilizações inúteis, sem afirmações teóricas de independência, o Brasil limita-se a afetar na prática, e com competência, um projeto diplomático que lhe cria constantemente novos interlocutores, que lhe dá uma posição cômoda no plano regional e entre os grandes grupos de nações.

Jornal do Brasil, 18/03/81

HISTÓRIA DO BRASIL

A — Dissertação

O Brasil e o Prata: fatores históricos e perspectivas atuais
Valor: 40 pontos

B — Pequenas dissertações

1. A abertura dos portos e o Tratado de 1810 com a Inglaterra.
2. O encilhamento.
3. O Tenentismo e a crise da Primeira República.

Valor de cada questão: 20 pontos

HISTÓRIA MUNDIAL

A — Dissertação

O sistema bipolar nas relações internacionais após a 2ª Guerra Mundial
Valor: 40 pontos

B — Pequenas dissertações

1. Principais características do liberalismo do Século XIX.
2. A incidência da Santa Aliança sobre o processo de independência das Américas.
3. Comente os principais fatores que condicionaram o processo de independência dos novos países africanos.

Valor de cada questão: 20 pontos

GEOGRAFIA DO BRASIL

A — Dissertação

Deslocamento das fronteiras agrícolas e interiorização do desenvolvimento do Brasil.
Valor: 40 pontos

B — Pequenas dissertações

1. Nordeste Seco e Nordeste Úmido: contrastes e vínculos.
2. A Região Sul: quadro natural e ocupação humana.
3. Comentário sucinto sobre as características e a importância das pequenas regiões brasileiras: o Sul da Bahia, o Norte do Paraná e o Triângulo Mineiro.

Valor de cada questão: 20 pontos

GEOGRAFIA GERAL

A — Dissertação

A introdução de inovações tecnológicas na agricultura e consequências para a organização do espaço.
Valor: 40 pontos

B – Pequenas dissertações

1. Relacione as características demográficas da população andina no seu meio natural e social.
2. Concentração econômica e concentração urbana nos países em desenvolvimento.
3. A localização de indústrias tende, cada vez mais, a se liberar dos condicionantes do meio natural. Explique.
Valor de cada questão: 20 pontos

NOÇÕES DE DIREITO

A – Dissertação

A iniciativa no processo legislativo federal brasileiro.
Valor: 40 pontos

B – Pequenas dissertações

1. Quais são as hipóteses constitucionais de *perda* da nacionalidade brasileira? Existem outras?
2. O que é a *adesão* a um tratado internacional, e quais os seus pressupostos?
3. No domínio estrito do direito internacional público, o que é uma organização internacional?
Valor de cada questão: 20 pontos

NOÇÕES DE ECONOMIA

A – Dissertação

Como se pode avaliar a produção nacional de um país? Indique os instrumentos existentes e as características de cada um.

B – Pequenas dissertações

1. O papel da poupança no processo de desenvolvimento.
2. O que é Balanço de Pagamento e qual a importância relativa de seus componentes.
3. Como era o comércio internacional considerado pelos Mercantilistas e pelos Clássicos?
Valor de cada questão: 20 pontos

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (CPCD)

ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), ministrado em dois anos, é gratuito e de frequência obrigatória.

O Curso obedece a um planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em seções.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada seção.

Seção de Línguas

As línguas estrangeiras fundamentais são o inglês e o francês. Ao longo, dos dois anos de curso, os objetivos são os seguintes:

- a) desenvolver a expressão oral dos que já têm expressão escrita em inglês ou francês;
- b) consolidar o conhecimento básico de um ou de outro idioma, para os que não o tem consolidado, procurando, dentro dos limites do possível, homogeneizar a turma;
- c) ensinar (especialmente no 2º ano) a utilização profissional das duas línguas (no debate, na correspondência diplomática, nos comunicados à imprensa, na exposição oral, nos relatórios etc.).

As línguas estrangeiras complementares (alemão, árabe, chinês, espanhol, japonês, russo, etc.)* têm por objetivo didático mais modesto, dar ao aluno:

- a) o conhecimento básico estrutural, passivo, do idioma, que poderá servir como base para posterior desenvolvimento;
- b) a capacidade de usar a língua, minimamente, no caso do japonês e do árabe, de forma passiva (alfabetização e conhecimento do léxico essencial, leitura simples) e ativa (conversação simples, entendimento de frases habituais). No caso do espanhol, do alemão e do russo:

(*) Em 1981, o IRBr ofereceu cursos de alemão, espanhol e russo.

troca oral de informações práticas e, na medida do possível, uso das mesmas em condições profissionais.

Seção Básica

Tem como finalidade dar ao aluno o conteúdo acadêmico básico necessário para sua atividade profissional. Inclui matérias de Economia, Direito, Sociologia, Ciência Política e História, distribuídas nos 2 anos de curso.

Seção Profissional

Inclui cursos relacionados com as atividades profissionais, dando ao aluno um conhecimento prático da carreira que futuramente irá exercer. No primeiro ano os cursos são: Expressão e Redação Profissional, Organização e Métodos de Trabalho do MRE, e Prática Diplomática. Para o 2º ano, os cursos são: Assuntos Consulares, Promoção de Exportações e Relações Internacionais. Além dos cursos, os alunos do 2º ano fazem três estágios, em três departamentos diferentes no MRE, na medida do possível, a escolha do aluno. Em 1981, estes estágios foram realizados nos seguintes períodos:

- 1º — de 19 a 30 de janeiro
- 2º — de 22 de junho a 3 de julho
- 3º — de 21 a 31 de julho

Regime Didático

Na execução dos programas, procura-se acentuar os aspectos profissionais e interdisciplinares do treinamento objetivado pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Em consequência, a fim de racionalizar os encargos escolares dos alunos, permitindo-lhes melhor aproveitamento nos estudos e visão mais integrada dos cursos ministrados, promove-se a preparação de trabalhos que impliquem, sempre que possível, tratamento interdisciplinar de temas profissionais.

Sistema de Aprovação

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria, e 60 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global, e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem que aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido a média mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do CPCD é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Corpo Docente

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos entre professores universitários e funcionários da carreira de Diplomata, tendo estes últimos preferência para reger as Cadeiras especializadas inerentes à atividade diplomática.

Bolsas

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são concedidas bolsas de estudo, cujo montante é fixado anualmente pelo Diretor do Instituto.

Prêmios

Prêmio Rio-Branco

No fim do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, são conferidas medalha de ouro (vermelha) e medalha de prata ao 1º e 2º colocados no CPCD, classificados de acordo com a média final obtida nos termos do Artigo 13 do Regulamento do Instituto Rio-Branco.

Prêmio de Viagem

Para cada turma que conclui o CPCD, há prêmios de viagem, na proporção de um premiado para 15 alunos ou fração. São considerados os alunos que tenham obtido as melhores médias para o conjunto dos dois anos do CPCD, excluídas as notas do exame vestibular. O prêmio consiste de estágio de 30 a 45 dias, em repartição diplomática ou consular, conforme o interesse da Administração do MRE. É gozado cerca de seis meses após a posse, em posto cujas atividades se relacionem com a unidade de trabalho em que o funcionário esteja lotado.

Prêmio Itamaraty

Instituído em dezembro de 1979, destina-se a premiar o aluno estrangeiro que conclui o CPCD com a melhor classificação. Consiste de viagem de sete dias a uma das regiões geográficas do Brasil, escolhida pelo premiado; o itinerário é organizado em colaboração com o Instituto, que fornece passagem aérea e diárias.

Para atribuição do Prêmio Itamaraty, os cálculos são baseados nas médias anuais, tais como comunicadas pelo IRBr aos Governos estrangeiros

interessados. Para as mesmas, só contribuem as disciplinas cujos estudos e trabalhos correspondem ao nível regular do CPCD.

Atividades Extracurriculares

Com a reforma, em 1976, do programa do Instituto Rio-Branco para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, passaram a fazer parte do curso viagens de estudos pelo Brasil, em que os alunos têm oportunidade de visitar diversas regiões do país, com o objetivo de inteirar os alunos dos problemas nacionais e de tudo o que se refere ao país nos diversos campos de interesse. São também um treinamento em viagens de caráter oficial, semelhantes às que terão de fazer durante a carreira.

O Instituto proporciona conferências, pronunciadas por professores convidados e palestras dos alunos bolsistas sobre seus respectivos países.

ANO LETIVO – 1981

Em 1981, o ano letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata teve início a 19 de janeiro e terminou a 27 de novembro, com o seguinte dobramento:

1ª ANO:

- 1º período – 23 de janeiro a 5 de julho
- 2º período – 5 de agosto a 27 de novembro

2ª ANO

- 1º período – 19 de janeiro a 5 de julho
- 2º período – 3 de agosto a 27 de novembro

1ª ANO – 1981

Corpo Docente

Línguas

Português (para estrangeiros)

Dad Abi Chahine Squarisi

Francês

Alain Bertrand
Hubert de La Fontaine
Liliane F. Fréchet Ramière

Inglês

Sara Burkitt Walker
John Trzeciak
Paul Hallstein
Cathy Reasoner

Línguas Opcionais

Alemão

Edith Nortrut de Almeida

Espanhol

Cecilia de S. Guerra Vicente
Kori Carrasco Dorado

Russo

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

*Seção Básica**Ciência Política*

José Carlos Brandi Aleixo

Economia

José Ferreira Lopes

Sociologia

Vamireh Chacon

Direito Internacional Público – I

José Francisco Rezek

Direito Constitucional

Luiz Villarinho Pedroso

*Seção Profissionalizante**Expressão e Redação Profissional*

Augusto Estellita Lins

Organização e Métodos de Trabalho do MRE

Sérgio F. Guarischi Bath

Corpo Discente

Em 1981, concluíram o 1º ano, com a seguinte classificação:

Fernando José Marroni de Abreu
Regina Maria Cordeiro
Edgard Antonio Casciano
Ánuar Nahes
José Carlos da Fonseca Júnior
Antonio José Ferreira Simões
Virgínia Bernardes de Souza
Eliana Zugaib
Silvana Polich

Igor Kipman

Cláudio José de Campos

Susan Kleebank

Cecília de Meira Penna

Zenik Krawetschuk

Lineu Pupo de Paula

Andréia Cristina Nogueira Rigueira

Rudá Gonzales Seferin

Maria Clara Duclos Carisio

Maria Nazareth Farani

João Carlos Parkison de Castro

Reinaldo Storani

José Leite Machado e Costa

Luís Antonio Borda de Carvalho Silos

Vilmar Rogeiro Coutinho Júnior

Júlio Victor do Espírito Santo

Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos

Aparecida Carmen Tescarolo

Mariangela Rebuá de Andrade

Maria de Lujan Caputo

Roberto Colin

César de Paiva Leite Filho

João Luiz de Barros Pereira Pinto

Julio Boaventura Santos Matos

Jorge José Frantz Ramos

Nilo Barroso Neto

Alunos Estrangeiros

Carmen Silvana Sandóval Landívar (Bolívia)

José Armando Filomeno Ferreira Duarte (Cabo Verde)

Maria del Carmen Gonzáles Cabal (Equador)

*2º ANO**Corpo Docente**Línguas**Francês*

Alain Bertrand

Hubert de La Fontaine

Liliane F. Fréchet Ramière

Inglês

Sara Burkitt Walker

John Trzeciak

*Línguas Opcionais**Alemão*

Edith Nortrut de Almeida

*Espanhol*Cecília de S. Guerra Vicente
Kori Carrasco Dorado*Russo*

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

*Seção Básica**Economia*

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Direito Internacional Público – II

Antonio Augusto Cançado Trindade

Direito Internacional Privado

Anna Maria Villela

*Seção Profissionalizante**Linguagem Diplomática*Augusto Estellita Lins
Livieto Justino de Souza*Relações Internacionais*

Gelson Fonseca Júnior

Serviço Diplomático

Gilberto Ferreira Martins

Promoção de Exportações

Ruy Pinheiro Vasconcellos

História das Relações Diplomáticas do Brasil

Rubens Ricúpero

Corpo Discente

A turma que concluiu o CPCD, em 1981, foi constituída dos seguintes alunos, relacionados na ordem de classificação final:

Sergio França Danese
Arthur Henrique Villanova Nogueira
Débora Vainer Barembain
Afonso Alvaro de Siqueira Carbonar
Marcel Fortuna Biato
Cláudio Frederico de Matos Arruda
Alexandre Affonso da Motta Barboza
Bruno de-Risios Bath

Hindemburgo Bueno dos Santos
Francisco Mauro Brasil de Holanda
Renato Sérgio de Assumpção Faria
Hadil Fontes da Rocha Vianna
Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas
Sérgio Eugênio de Risios Bath
Elza Moreira Marcelino
Maria Teresa Mesquita Pessôa
Maria Elisa Teófilo de Luna
Oswaldo Biato Júnior
Maria Silvia Barbin Laurindo
Antônio Luís Espíndola Salgado
João Batista Lanari Bó
Paulo Roberto Caminha de Castilho França
Marco Antônio Felix de Souza Neto
Paulo de Mello Vidal
Paulo Luiz Medeiros de Souza
Carmen Lucia Gillet Lomonaco
José Roberto Procopiak
Francisco Moacyr Fontenelle Filho
Hélio Vitor Ramos Filho
Alfredo Cesar Martinho Leoni
Carlos Alberto Lamback
Edelcio José Ansarah
Elda Maria Alvarez Procopiak
Marco Farani
Jorge Karl de Sá Earp

Fizeram jus ao “Prêmio Rio-Branco” os alunos Sérgio França Danese (1º lugar – Medalha de Vermeil), e Arthur Henrique Villanova Nogueira (2º lugar – Medalha de Prata).

Fizeram jus ao “Prêmio de Viagem” os alunos Sérgio França Danese (1º lugar), Arthur Henrique Villanova Nogueira (2º lugar) e Renato Sérgio de Assumpção Faria (3º lugar).

Alunos Estrangeiros

Jorge Daniel Spencer Lima (Cabo Verde)
Fidèle N'Guembi Moussavou (Gabão)
Jean Baptiste Reynold Leroy (Haiti)
June Persaud (Guiana)
Ata-Kokou Boyo Fiagã (Togo)
Luis Antonio Aguilar Frenzel (Honduras)
Macário Marques Perdigão Jr. (Guiné-Bissau)

Recebeu o “Prêmio Itamaraty” a aluna June Persaud, da Guiana, por haver obtido a melhor classificação entre os alunos estrangeiros.

Viagens de Estudos

Em 1981, os alunos do 2º ano do CPCD visitaram Foz do Iguaçu e São José dos Campos. A participação foi facultativa, tendo comparecido 28 alunos, acompanhados do Conselheiro Clovis Correa Palmeiro da Fontoura, Assistente do Diretor do Instituto Rio-Branco. A saída de Brasília, com destino a Foz do Iguaçu, deu-se na manhã de 9 de novembro, em avião Avro da FAB, cedido pelo Ministério da Aeronáutica.

Do aeroporto de Foz do Iguaçu, onde chegaram às 10h 10min, da manhã, os alunos dirigiram-se ao Centro Executivo da Itaipu Binacional. Foi-lhes oferecido um almoço pelo Chefe do Departamento de Relações Públicas da empresa, com a presença do Encarregado do Consulado Geral do Brasil em Ciudad Presidente Stroessner, Secretário Gerson Machado Pires. Ao almoço seguiram-se: um programa audiovisual, visita ao canteiro de obras, às Cataratas do Iguaçu e a Ciudad Presidente Stroessner.

No dia seguinte, 10.11, já em São José dos Campos, realizaram-se as visitas ao CTA, à EMBRAER e à Avibrás. Uma apresentação geral do CTA foi feita por seu Diretor, Brigadeiro Lauro Ney Menezes. Seguiu-se visita a um instituto especializado em pesquisas espaciais, onde os alunos puderam ver diversos modelos de foguetes ali fabricados.

Na visita à EMBRAER os alunos participaram de uma palestra feita pelo Assessor Adjunto de Comunicações da empresa, Senhor Linho Mattos, com projeção de modelos de avião e posterior visita à fábrica de aviões.

A estada em São José dos Campos encerrou-se com visita à Avibrás onde três diretores fizeram uma apresentação da empresa, com palestra, filmes e amostragem de alguns de seus produtos, tendo os alunos retornado a Brasília no mesmo dia.

Outras Atividades Extracurriculares

1º ANO

1ª Semestre

- 5 e 9 de março — Visita às várias unidades de trabalho do Ministério das Relações Exteriores
- 3 de abril — Conferência de Stephan Graubard. "Idéias Sociais e Políticas do Século XX".

2ª Semestre

- 6 de agosto — Conferência do Professor Manoel da Silveira Cardozo. "Oliveira Lima".
- 5 de novembro — Palestra do Professor Ralph Feltham, Diretor do Foreign Service Programme da Universidade de Oxford e autor do Diplomatic Handbook, usado no Curso de Preparação à Carreira Diplomática.

2º ANO

O Ciclo de "Conferências Profissionalizantes", extracurriculares, feitas de maneira geral por diplomatas de carreira, obedeceu, em 1981, o seguinte cronograma:

1ª Semestre

- 13 de abril — Ministro Roberto P. Ferreira Mameri Abdenur. "O Relatório Brandt".
- 22 de abril — Dia do Diplomata
- 5 de maio — Ministro Fernando da Silva Alves. "Processualística dos Atos Internacionais" (I)
- 2 de junho — Ministro Fernando da Silva Alves. "Processualística dos Atos Internacionais" (II)

2ª Semestre

- 4 de agosto — Ministro Fernando da Silva Alves. "A Processualística dos Atos Internacionais" (III)
- 6 de agosto — Professor Manoel da Silveira Cardozo. "Oliveira Lima".
- 8 de agosto — Ministro Ronaldo Mota Sardenberg. "A Política Exterior do Brasil. Os grandes temas".
- 13 de agosto — Ministro Rubens Ricúpero. "O Brasil e as Américas".
- 14 de agosto — Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja. "O Brasil e o Continente Africano".
- 21 de agosto — Embaixador Luiz Carlos Lindenberg Sette. "A diplomacia multilateral: As Nações Unidas e o Brasil".
- 28 de agosto — Conselheiro José Arthur Denot Medeiros. "Diálogo Sul-Sul: Cooperação econômica entre países em desenvolvimento".
- 11 de setembro — Embaixador Guy M. de Castro Brandão. "A Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica. A divulgação no Brasil".
- 18 de setembro — Ministro Sebastião do Rego Barros. "A diplomacia da energia: novas fronteiras de negociação".
- 25 de setembro — Ministro Gilberto Ferreira Martins. "Organismos Regionais Americanos".
- 2 de outubro — Ministro Roberto P. Ferreira M. Abdenur. "Conjuntura Econômica Internacional. O diálogo Norte-Sul".
- 9 de outubro — Embaixador Ivan V. da Silveira Batalha. "Relações do Brasil com a Europa Ocidental e o Leste Europeu".
- 16 de outubro — Embaixador Sérgio Thompson-Flores. "O Direito do Mar".
- 23 de outubro — Ministro Fernando Guimarães Reis. "A Ásia e o Brasil: China, Japão, ASEAN".
- 30 de outubro — Ministro Carlos Luiz Coutinho Perez. "Diplomacia multilateral: os organismos de natureza econômica. Os acordos sobre produtos de base".

DIPLOMANDOS DE 1981

Afonso Alvaro de Siqueira Carbonar

Aluno do 3º ano dos Cursos de Economia e Administração da Universidade de Brasília. "Diplôme d'Études Françaises (2ème degré)" e "Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises (3ème degré)" pela Universidade de Nancy. "Certificat en Traduction" da Aliança Francesa. "Certificate of Proficiency in English" e "Diploma of English Studies" pela Universidade de Cambridge. Curso de Extensão de Economia, "Visiting Student", do Corpus Christi College, Oxford, a convite da "The Oxford Academy of English, em 1979.

Alexandre Affonso da Motta Barboza

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal do Centro de Estudo Unificado de Brasília. Curso Básico de Inglês do Instituto de Cultura Anglo- Brasileira. "Certificat d'études Pratiques de l'Alliance Française (CEPAL)". "Certificat Pratique de Langue Française" (1er degré) da Universidade de Nancy. Diplôme d'études Françaises" (2ème degré) da Universidade de Nancy. Curso de Literatura Francesa pela Alliance Française.

Alfredo César Martinho Leoni

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. "First Certificate of Cambridge University em Londres".

Antonio Luis Espinola Salgado

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. "Certificate of Proficiency in English, University of Cambridge".

Arthur Henrique Villanova Nogueira

Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo. Bacharel em Letras – tradutor e intérprete de inglês e alemão – pela Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas. Curso de Comércio Exterior II pela Associação Internacional de Estudantes de Ciências Econômicas e Comerciais. Curso de Direito do Comércio Internacional pela Coordenadoria de Atividades Culturais – CODAC – da Universidade de

São Paulo. "Certificate of Proficiency in English pela Novaschool of English Bournemouth". "Certificat Pratique de Langue Française (Nancy), 1º grau. Curso de Especialização em Língua Francesa pela Sorbonne.

Bruno de Risios Bath

Cursou 5 períodos de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Michigan. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Cambridge.

Carlos Alberto Lamback

Cursou até o 3º ano de Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. "Certificat d'Études Pratiques de l'Alliance Française" (CEPAL).

Carmen Lucia Gillet Lomonaco

Cursou 6 períodos do Curso de Direito da Universidade de Brasília. Certificado de conclusão do 1º período do 4º ano do Instituto Brasil-Estados Unidos. 5º Ano do Independent British Institute de Brasília. "Certificat d'Études Françaises" (Nancy) da Aliança Francesa de Brasília. Cursos de Extensão da Universidade de Brasília: Integração e Cooperação Latino-Americanas; Introdução à Ciência Política, e Teoria Política I, II, III.

Claudio Frederico de Matos Arruda

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília. Certificado do Curso de Aperfeiçoamento de Inglês pela Casa Thomas Jefferson.

Débora Vainer Barenboim

Licenciada em "Lettres Modernes" pela Universidade da "Sorbonne Nouvelle" de Paris. Licenciada em "Português" pela Universidade da "Sorbonne Nouvelle" de Paris. "Certificat Didactique des Moyens Audio-Visuels, pela Universidade da "Sorbonne Nouvelle" de Paris. Diplôme Supérieur de Linguistique Appliquée pela Universidade da Sorbonne Nouvelle de Paris. "International Teacher Training Course"; pela International House de Londres. "Brevet d'aptitude à l'enseignement du français hors de France", pela "Alliance Française" de Paris. "Certificat Pratique de Langue Française", pela "Université de Paris". "Diplôme d'Études Françaises", pela "Université de Paris".

Edelcio José Ansarah

Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade

de São Paulo. Aluno do 3º semestre do curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Curso de Língua Árabe no Colégio das Bandeiras em São Paulo. Curso de Língua Inglesa pelo Centro Eletrônico de Línguas do Liceu Eduardo Prado de São Paulo. Curso de Língua Italiana pelo Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro de São Paulo e de Brasília. Curso de Operação e Manutenção de Controladores de Trânsito, na Companhia do Metropolitano de São Paulo. Curso de Treinamento do Programa de Orientação de Tráfego, na Secretaria Municipal de Transportes de São Paulo. Curso para Cálculo de Capacidades de Vias e Ciclos Semafóricos, na Companhia de Engenharia de Tráfego, em São Paulo. Curso para Cálculo de Defasagens em Programações Semafóricas, na Companhia de Engenharia de Tráfego, em São Paulo.

*Elda Maria Alvarez Procopiak**

Licenciada em Letras — Língua e Literatura Portuguesa pela Universidade Santa Úrsula do Rio de Janeiro. Complementação Pedagógica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curso de Graduação em Piano pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Elza Moreira Marcelino

Curso Superior de Comunicação Social Polivalente pela Universidade Federal de Minas Gerais de Belo Horizonte. Curso de Extensão de Relações Humanas pela Universidade Católica de Minas Gerais. Curso de Extensão de Preservação e Melhoria do Meio-Ambiente pela Universidade Federal de Minas Gerais. Curso de Extensão de Política Exterior pela Universidade de Minas Gerais. Certificado de conclusão do 7º ano do Curso Regular de Inglês do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos de Belo Horizonte.

Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas

Cursou o 6º período de Economia da Universidade de Brasília.

Francisco Mauro Brasil de Holanda

Cursou 4 períodos de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, e 4 períodos de Economia na Universidade de Brasília. Curso de Estrutura Sintática da Língua Portuguesa pelo Centro de Cultura Portuguesa do Ceará. Curso de Extensão de Relações Humanas, Relações Públicas e Psicologia Organizacional. Certificado do "Advanced Course of English" do Instituto Brasil-Estados Unidos de Brasília.

Francisco Moacyr Fontenelle Filho

Cursou o 9º período do Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

(*) Procopiak pelo casamento.

Hadil Fontes da Rocha Vianna

Bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Curso de Direito Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica. "Lower certificate in English" da Universidade de Cambridge. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Cambridge. Curso de Língua Francesa pela Aliança Francesa do Rio de Janeiro. "Certificat de l'École Internationale de Langue et Civilisation Française de l'Alliance Française" de Paris.

Helio Vitor Ramos Filho

Cursou o 3º ano de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. First Certificate in English da Cultura Inglesa.

Hindemburgo Bueno dos Santos

Cursou 2 semestres do Curso de Geologia da Universidade de Brasília. Licenciado em Física pela Universidade de Taubaté do Estado de São Paulo. Cursos de Pós-Graduação em Computação Aplicada, dentro do Programa de Mestrado do INPE (Instituto de Pesquisas Espaciais de São José dos Campos): Introdução ao BE-ALGOL, Introdução à Lógica, C.B. de Programação, Metodologia de Planejamento e Projeto de Sistemas, Introdução à Teoria da Probabilidade, Álgebra para a Ciência da Computação, Métodos Numéricos, EPB, Teoria Econômica, Teoria dos Grafos e Fluxos de Redes, Autômatas e Linguagens Formais, Técnicas de Desenvolvimento de Software, Inteligência Artificial e Estrutura de Dados. I Curso de Potencial de Mercado de Previsão, pelo Management Center do Brasil (Filial da American Management Associations).

João Batista Lanari Bô

Cursou o 8º período de Engenharia Civil da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Jorge Karl de Sá Earp

Cursou o 8º período do Curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

José Roberto Procopiak

Curso de Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná. Curso Intensivo de Inglês pela Universidade de Miami.

Marcel Fortuna Biato

Cursou 4 períodos de Ciências Econômicas: 2 períodos na Universidade Nacional Australiana em Camberra e 2 na Universidade de Brasília. "Certificate of Proficiency" da Universidade de Cambridge.

Marco Antonio Felix de Souza Neto

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Políticas do Rio de Janeiro. Certificado do Ano Básico do 3º Ciclo da Universidade de Paris I — Sorbonne, cursado no Institut d'Études de Développement Economique et Social (IEDES).

Marco Farani

Cursou 5 períodos do Curso de Letras da Universidade de Brasília. Cursou dois anos do Curso de Cinema da Universidade de Vincennes, em Paris.

Maria Elisa Teófilo de Luna

Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Maria Silvia Barbin Laurindo

Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo. "Certificat Pratique de Langue Française (1er. degré) da Universidade de Nancy. "Diplôme d'Études Françaises (3ème degré) da Universidade de Nancy. "Certificate of Proficiency in English" pela União Cultural Brasil-Estados Unidos de São Paulo. Curso de Literatura Norte-Americana pela Universidade de Michigan.

Maria Tereza Mesquita Pessoa

Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. "Certificate of Proficiency in English" da Universidade de Cambridge. Certificado do Curso de Treinamento para professores da Sociedade de Cultura Inglesa. "Certificate in Spoken English of the Association of Recognized Language Schools.

Oswaldo Biato Junior

Cursou 4 anos de Ciências Econômicas: 3 anos na Universidade Nacional Australiana de Camberra e 1 ano na Universidade de Brasília.

Paulo de Mello Vidal

Cursou 2 períodos de Administração de Empresas na Universidade de Georgetown. 2 períodos de Arquitetura na Universidade Católica de Washington. 1 período de Ciências Econômicas na Universidade de Brasília.

Paulo Luiz Medeiros de Souza

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal. "Certificate of Proficiency in English" — University of Michigan. "Certificat Pratique d'Études de Langue Française" (2ème degré) da Universidade de Nancy.

Paulo Roberto Caminha de Castilhos França

Cursou o 2º ano de Letras da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Certificado do High School Syron Berger Central School de Nova York. "Certificate of Proficiency in English" da Universidade de Michigan.

Renato Sergio de Assumpção Faria

Curso de Direito pela Universidade de São Paulo. Certificado de conclusão do Curso de Língua e Civilização Francesa da Universidade de Nancy (3ème degré). Certificado de conclusão do Curso Básico de Inglês do Instituto Brasil-Estados Unidos.

Sérgio Eugênio de Risios Bath

Cursou 6 períodos do Curso de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília.

Sérgio França Danese

Bacharel em Letras Modernas (Português, Francês, Espanhol) pela Universidade de São Paulo. Cursos de Extensão Universitária pela Universidade de São Paulo. Mestrado em Letras Ibero-Americanas pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México.

PROGRAMAS

1º ANO

FRANCÊS

Objetivos:

1. Consolidar os conhecimentos fundamentais, mais especialmente no que se refere às estruturas gramaticais, sintaxe e vocabulário fundamental, mediante:
 - exercícios estruturais, orais e escritos;
 - dissertações e aquisição da articulação lógica.
2. Iniciar os estudantes no uso especializado do Francês Diplomático, mediante:
 - a análise de textos da atualidade;
 - a prática da exposição oral;
 - a prática e expressão do Discurso oficial;
 - o exercício de versão Português-Francês.
3. Aperfeiçoar os conhecimentos de cultura geral, pela audição e análise de documentos específicos da Civilização e Literatura francesas.

INGLÊS

Objetivos:

1. Desenvolver a compreensão aural e a expressão oral dos que já têm expressão escrita, com debates, discursos e trabalhos de conversação e de composição oral. Os recursos de Videoteca do MRE poderão ser utilizados em momentos oportunos para exercícios de compreensão aural;
2. Aperfeiçoar o conhecimento básico da língua inglesa por meio de exercícios de gramática, vocabulário e redação, procurando, dentro dos limites do possível, homogeneizar a turma (daí o recurso a grupos e subgrupos, com carga horária diferenciada);
3. Consolidar a noção de registro na língua oral e escrita pelo uso sis-

temático do curso *Assignment Mornesia*, visando ao domínio da linguagem diplomática;

4. Comparar as estruturas básicas das línguas portuguesa e inglesa, através de exercícios de versão, principalmente de textos, cartas e discursos ligados à área profissional de diplomacia.

ALEMÃO, ESPANHOL, RUSSO

Objetivos

didáticos

Dar ao aluno:

1. o conhecimento básico estrutural, passivo, do idioma, que poderá servir como base para posterior desenvolvimento;
2. a capacidade de usar a língua minimamente, de forma passiva (reconhecimento do léxico essencial, leitura simples) e ativa (conversação simples, entendimento de frases habituais, troca oral de informações práticas e, na medida do possível, uso das mesmas em condições profissionais).

CIÊNCIA POLÍTICA

- I — Política de Ciência Política
 1. Conceitos básicos. Relações com outras ciências.
 2. Sistemas Políticos; Organizações Políticas; Instituições Políticas.
- II — Poder Político
 3. Poder; Autoridade; Influência; Dominação.
 4. Legitimidade; Legalidade.
- III — A Análise de Sistemas Políticos
 5. Sistema Social; Sistema Político; Sistema Econômico.
- IV — Instituições Políticas
 6. Formas; Regimes; Sistemas; Tipos de Governo.
- V — A Análise de Elites Políticas
 7. Elites Políticas.
- VI — Envolvimento Político
 8. O Homem Político.
 9. Partidos Políticos; Fações Políticas.
 10. Grupos de Pressão; Grupos de Interesse.

- VII — Mudança Política
 11. Mudança e Conflito Político
- VIII — Principais Correntes do Pensamento Político
 - a) Pensamento político greco-romano.
 - b) Pensamento político medieval.
 - c) Pensamento político moderno.
 - d) Pensamento político contemporâneo.
- IX — América Latina
 12. Colonização — Aspectos e Consequências Políticas.
 13. Mudanças e Desenvolvimento.
- X — Brasil
 14. Origens Privativas do Poder Público Brasileiro: Coronelismo.
 15. Evolução Política.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- I — O Direito Constitucional
 1. Objeto e significado do D.C.
 2. Definição e características do D.C. geral
 3. O Direito Constitucional e a Ciência Política
- II — O Estado
 4. Conceito e aspectos fundamentais do Estado
 - O Estado e a Nação
 - Definição. Elementos essenciais do Estado
 - O Estado como pessoa jurídica
 - A soberania do Estado
 5. O Estado de Direito
 - O Estado. Fim ou Meio?
 - A opinião de Afonso Arinos
 - A opinião de Gustav Radbruch
 6. Conceito e formas de Governo
- III — A Constituição
 7. Teoria da Constituição. Introdução
 8. O conceito e o fim da Constituição
 9. Os controles da Constituição
 10. Documentos com força constitucional e constituições
- IV — A Dinâmica do Poder do Estado
 11. A teoria dos três poderes: crítica e réplica
 12. O Executivo: sufrágio, carreira e recrutamento discricionário
 13. O Legislativo: exclusividade do sufrágio
 14. O Judiciário: carreira e recrutamento discricionário
 15. O Executivo: condutores políticos e servidores públicos. A ordem hierárquica inerente à administração

16. O Legislativo: competência legislativa e suposta ordem hierárquica.
17. O Judiciário: autonomia decisória do magistrado e ascensão do feito pelas vias recursais.

Os três poderes e o sistema de controle recíproco

18. O Executivo sob o controle do Congresso. Formas de controle *a priori* e *a posteriori*.
19. O Congresso sob o controle do judiciário. A constitucionalidade das leis: arguição incidental e arguição em tese da inconstitucionalidade
20. O Executivo sob o controle do Judiciário. A legalidade dos atos da administração. O mandado de segurança e o *habeas corpus*

V — *Os Direitos Humanos*

21. Origens e antecedentes: Idade Média e Séc. XVII
22. A tese do Séc. XVIII
23. A antítese do Séc. XIX
24. A síntese do Séc. XX
25. A proteção Internacional dos Direitos Humanos. ONU. OEA.

VI — *As características jurídico-políticas dos principais sistemas políticos contemporâneos*

26. O Sistema presidencialista norte-americano
27. O modelo francês
28. As instituições da URSS e da República Popular da China
29. Parlamentarismo inglês

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO — I

Unidade I: A expressão do direito internacional

Introdução — O debate doutrinário em torno da propriedade do termo “fontes”. O direito internacional no estatuto das Cortes (1920, 1945).

1. *O tratado internacional.*
 - a) Teoria geral. O direito dos tratados como direito costumeiro e a Convenção de Viena de 1969.
 - b) Delimitação do conceito de tratado internacional. O problema da terminologia. O acordo executivo. O “gentlemen’s agreement” e figuras análogas.
 - c) Tratados bilaterais e multilaterais. Tratados contratuais, normativos e institucionais.
2. *Gênese do tratado internacional.*
 - a) Negociação e assinatura. O tratado diplomático bilateral e as conferências internacionais. A estrutura formal do tratado.

- b) Ratificação e fórmulas variantes. O direito interno e o mecanismo de consulta ao parlamento. As ratificações imperfeitas.
 - c) Adesão e fórmulas variantes. As várias espécies de abertura do tratado à adesão. O caso particular da adesão aos tratados institucionais.
 - d) Reservas ao tratado: espécies, alcance, viabilidade. A posição dos demais Estados contratantes: aceitação e objeção.
 - e) Entrada em vigor do tratado. Mecanismos internos de promulgação e publicidade.
 - f) Registro e publicidade no âmbito internacional. A sanção da diplomacia secreta na Carta das Nações Unidas.
 - g) Emendas ao tratado. A aceitação pelas partes contratantes. A perspectiva de duplo regime jurídico.
3. *Efeitos do tratado internacional.*
 - a) A obrigatoriedade do tratado e a hipótese de concorrência de obrigações internacionais.
 - b) O conflito entre o tratado e a regra de direito interno. Sistemas de solução.
 - c) Efeitos entre as partes contratantes.
 - d) Efeitos sobre terceiros. A criação de situação jurídica objetiva. A estipulação em favor de terceiro. A cláusula da nação mais favorecida. A teoria do “conjunto suficientemente representativo dos interesses gerais”.
 4. *Extinção do tratado internacional*
 - a) A vontade comum (ab-rogação).
 - b) A vontade unilateral (denúncia).
 - c) A superveniência do estado de guerra e a alteração radical das circunstâncias (teoria da cláusula “rebus sic stantibus”).
 5. *O costume internacional.*
 - a) Variedade de alcance: a possibilidade da formação do direito costumeiro regional.
 - b) elemento objetivo: a repetição, no tempo, da conduta ativa ou passiva.
 - c) Elemento subjetivo: a “opinio juris”.
 6. *Os princípios gerais do direito.*
 - a) A pretensa assimilação dos princípios gerais do direito ao direito natural, ao costume ou à equidade.
 - b) Princípios gerais comuns ao direito internacional e ao direito interno.
 - c) Princípios gerais peculiares ao direito internacional.
 7. *Os atos unilaterais.*
 - a) Formas passíveis de repercussão no plano do direito internacional: a criação de situação jurídica objetiva; a estipulação em favor de outrem.
 - b) O requisito da licitude internacional.

8. *As decisões das organizações internacionais.*
 - a) Limites da analogia entre tratado internacional e decisão de organização internacional.
 - b) Sistemas de tomada de decisões. Limites de obrigatoriedade entre os Estados-membros da organização.
9. *Métodos de interpretação e de compensação.*
 - a) O recurso à jurisprudência e à doutrina para a interpretação da norma de direito internacional.
 - b) O recurso à analogia e à equidade, quando insuficiente ou inexistente a norma internacional.

Unidade II: Condição jurídica e jurisdição do Estado

Introdução – Soberania e personalidade jurídica de direito internacional.

1. *Elementos constitutivos do Estado: o território e suas extensões.*
 - a) Delimitação do território. Limites naturais e artificiais. Competências territoriais.
 - b) Aquisição e perda do território. Descoberta e ocupação. “Conquista”. Cessão onerosa e “cessão gratuita”.
 - c) Águas internas, mar territorial e plataforma continental.
 - d) Espaço aéreo atmosférico. O princípio da liberdade de navegação aérea e o problema da segurança do Estado. O mecanismo normativo da Organização da Aviação Civil Internacional.
 - e) Regime jurídico dos canais, estreitos e rios internacionais.
2. *Elementos constitutivos do Estado: a população.*
 - a) Nacionalidade: as regras mínimas do direito internacional e o domínio do direito interno. O princípio da efetividade do vínculo. O caso dos binacionais e dos apátridas.
 - b) Aquisição e perda da nacionalidade: o modelo brasileiro; o quadro comparativo.
 - c) Condição jurídica dos estrangeiros. Garantias elementares no plano dos direitos civis.
 - d) Extradicação, expulsão e deportação de estrangeiros. Deveres do Estado patrial.
 - e) Asilo político territorial. Asilo diplomático.
 - f) Proteção internacional dos direitos humanos.
3. *Elementos constitutivos do Estado: o governo.*
 - a) Legitimidade e efetividade: a questão do reconhecimento de governos.
 - b) Soberania e autonomia: os Estados federais frente ao direito internacional.
 - c) Soberania e insuficiência: os Estados exíguos frente ao direito internacional. O caso especial da Santa Sé.
4. *Imunidade à jurisdição estatal.*
 - a) A imunidade do Estado estrangeiro à jurisdição local.

- b) As convenções de Viena sobre relações diplomáticas e consulares. Imunidade e inviolabilidade. Aspectos civis e penais.
5. *Espaços estranhos ao âmbito da soberania estatal.*
 - a) O alto-mar. Policiamento. Utilização econômica. Regime jurídico dos navios em alto-mar.
 - b) O espaço aéreo extra-atmosférico.
 - c) O continente antártico.
6. *Sucessão de Estados.*
 - a) Teoria geral. A sucessão e o princípio da continuidade. Formas.
 - b) Sucessão nos bens públicos e na dívida pública.
 - c) Sucessão e nacionalidade.
 - d) Sucessão e tratados internacionais.

Unidade III: Solução pacífica dos litígios internacionais

Introdução – Visão panorâmica do chamado “direito de guerra” e justificativa de sua exclusão do programa. O direito de Haia. O direito de Genebra.

1. *Os meios diplomáticos.*
 - a) Entendimento direto. Sistema de consulta.
 - b) Bons ofícios e fórmulas variantes.
 - c) Mediação e fórmulas variantes. Natureza do relatório e das proposições do mediador.
2. *A solução política.*
 - a) Noções fundamentais. O problema das competências concorrentes.
 - b) A experiência do Conselho da Sociedade das Nações.
 - c) O Conselho de Segurança das Nações Unidas.
 - d) O Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos.
3. *A arbitragem.*
 - a) Conceito de solução jurisdicional não-judiciária.
 - b) O compromisso arbitral.
 - c) A sentença arbitral: natureza jurídica; efeitos.
4. *A solução judiciária.*
 - a) A Corte Permanente de Justiça Internacional e a Corte Internacional de Justiça: estrutura e competência.
 - b) Os tribunais regionais. Casos de acesso direto de particulares ao foro internacional.
 - c) Atividade atual e perspectivas do judiciário internacional.

ECONOMIA – I

a) *Fundamentos do Problema Econômico e Conceitos Básicos*

1 – Doutrinas Econômicas. Problemas e Funções da Filosofia Econômica. Metafísica e Ciência

- 1.1 – Antes de Adam Smith
 - 1.1.1 – Demanda Efetiva
 - 1.1.2 – Moeda e riqueza. Os Mercantilistas. Os Fisiocratas
- 1.2 – A Economia Política Clássica. Idéias Fundamentais
 - 1.2.1 – A Teoria Ricardiana da Distribuição
 - 1.2.2 – A Lei de Say
 - 1.2.3 – A Teoria da Superprodução de Malthus
 - 1.2.4 – Marx
- 1.3 – A Era Neoclássica
 - 1.3.1 – Utilidade
 - 1.3.2 – Produto Marginal
 - 1.3.3 – A Revolução Keynesiana

2 – Análise

- 2.1 – Terra e Trabalho
 - 2.1.1 – Rendimentos decrescentes
 - 2.1.2 – Crescimento e distribuição de renda
- 2.2 – Homens e Máquinas
 - 2.2.1 – Relações Técnicas
 - 2.2.2 – Salários e Lucros
- 2.3 – Demanda Efetiva
 - 2.3.1 – Investimento e Poupança
 - 2.3.2 – Investimento e Renda
 - 2.3.3 – Consumo e Investimento
- 2.4 – Ciência e Tecnologia
 - 2.4.1 – Acumulação
 - 2.4.2 – Capital *versus* Trabalho
- 2.5 – Mercadorias e Preços. Oferta e Procura
 - 2.5.1 – Produtos Primários
 - 2.5.2 – Produtos Industriais
 - 2.5.3 – Salários e Lucros

b) O Sistema e sua operação

- 1 – Margem de Lucro
 - 1.1 – Longo e Curto Prazos
 - 1.2 – Investimento
 - 1.3 – O Oligopólio
 - 1.4 – Teorias de Distribuição
 - 1.4.1 – A Teoria Clássica
 - 1.4.2 – A Teoria Pós-Keynesiana
 - 1.4.3 – A Barreira da Inflação
- 2 – Renda e Demanda
 - 2.1 – Salário e Renda da Propriedade
 - 2.2 – O Setor Público
 - 2.3 – O Nível de Preços. Inflação

3 – Recursos Financeiros

- 3.1 – Moeda
- 3.2 – Mercados de Títulos
- 3.3 – Taxa de Juros
- 3.4 – Teoria Monetária

4 – Crescimento: Empresas, Indústrias e Nações

- 4.1 – Comportamento das Empresas
- 4.2 – Indústrias
- 4.3 – Política Nacional
 - 4.3.1 – O Livre Comércio e a Prática Protecionista
 - 4.3.2 – O Comércio Planificado
- 4.4 – O Modelo Neoclássico

SOCIOLOGIA

Sociologia Geral

1. Acaso e determinismo nas Ciências Sociais
2. O fenômeno ou fato social total
3. Cultura e civilização
4. O mito e as formas do sagrado
5. Tipologia social
6. Papel social
7. Divisão do trabalho
8. Classe social
9. A anomia e o conflito social
10. Ideologia e utopia
11. Estratificação e mutação ou mudança

Sociologia Especial das Organizações

1. As instituições e o institucionalismo
2. O desenvolvimento ou a evolução social?
3. A burocracia
4. O quadro enquanto classe: a tecnoburocracia
5. A sociedade emergente e a bloqueada

Sociologia da Comunicação

1. A imagem
2. A imitação
3. Os mídias

Sociologia Urbana e Rural

1. O espaço social

2. O habitat
3. A cidade e o urbanismo
4. O campo e a agricultura
5. Antropologia Econômica e Política

EXPRESSÃO E REDAÇÃO PROFISSIONAL

Parte I

- Introdução à Comunicação e Noções de Filologia. Teoria de Comunicação Diplomática.
 1. Noções Gerais
 2. Expressão diplomática
 3. Informações
 4. Comunicações diplomáticas

Parte II

- Modelos de Redação Diplomática
 1. Documentos internos oficiais do Governo Brasileiro
 2. Atos consulares e notariais e seus principais documentos.
 3. Documentos de comunicação oficial com as autoridades estrangeiras
 4. Atos internacionais bilaterais
 5. Atos internacionais multilaterais e demais documentos principais da diplomacia parlamentar
 6. Principais documentos do processo administrativo
 7. Atos sociais e executivos e seus principais textos

Parte III

- Documentos e atos não-documentais da literatura diplomática segundo os principais gêneros
 1. Texto de não-ficção
 2. Texto de ficção
 3. Gêneros experimentais e tecnológicos

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO DO MRE

- 1 — *O MRE no quadro da Administração Pública Federal*
A organização administrativa federal e o papel do MRE. Constituição. Reforma Administrativa: Decreto-Lei 200/1967
- 2 — *O Ministério das Relações Exteriores*
 - a) Organização geral e sua evolução. A SERE, as Missões diplomáticas, o Serviço Consular, a Representação do Brasil junto a Organismos Internacionais. O Escritório Financeiro em Nova York. A antiga Delegacia do Tesouro em Nova York.

- b) Regulamentação. RISE. Manual de Serviço. Manual de Promoção Comercial. Normas e flexibilidade.
- c) Pessoal. O Estatuto. A Lei 6.185/74. Carreira de Diplomata. Oficiais de Chancelaria, Agentes Administrativos. Outros funcionários. Os "Auxiliares locais", administrativos e técnicos. (I.S. 5/1974) Cônsules honorários. Os antigos Cônsules privativos. Remuneração.

Paralelamente:

- I — Métodos de Trabalho do MRE. Tratamento formal e informal dos assuntos. Tratamento temático e geográfico. Coordenação horizontal e vertical.
- II — A informação. A representação. A negociação
- III — Documentos de referência: Lista Diplomática, Lista de Antiguidade, Anuário de Pessoal, etc.

2º ANO

FRANCÊS

Trata-se, no 2º Ano, de solidificar e desenvolver os conhecimentos adquiridos durante o 1º Ano, através de:

- sensibilização aos registros lingüísticos e estilísticos, utilizando-se artigos de jornais, leitura de filmes, diapositivos e dramatizações;
- organização de "mesas redondas" e de conferências simuladas;
- estudo lingüístico da correspondência diplomática e do Protocolo;
- versão Português-Francês, e
- exercício de anotações durante as conferências.

INGLÊS

Os principais objetivos do Programa de Inglês do 2º Ano são:

- desenvolver o mais possível em cada estudante o domínio do Inglês falado, através de debates, discursos e negociações simuladas. Se possível, manter estreita colaboração entre os cursos de Inglês e Francês, através de atividades paralelas e uso das duas línguas;
- aperfeiçoar o conhecimento do Inglês escrito por meio de cartas, composições e traduções, baseando-se em textos diplomáticos;
- aprimorar a pronúncia e/ou a fluência oral dos estudantes que não conseguiram superar suas dificuldades no 1º Ano.

ALEMÃO, ESPANHOL E RUSSO (com a mesma orientação para o 1º ano)

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO – II

Unidade I: A responsabilidade internacional dos Estados

- I – Noção de Responsabilidade Internacional
- II – Origem de Responsabilidade Internacional dos Estados
- III – Elementos Essenciais da Responsabilidade
 - 1. Ato ou omissão em violação de uma obrigação internacional.
 - 2. Imputabilidade ao Estado como pessoa jurídica.
 - 3. Dano resultante do ato ou omissão internacionalmente ilícito.
- IV – A Determinação do Surgimento da Responsabilidade Internacional (no tempo).
- V – Configuração da Responsabilidade Internacional do Estado.
 - 1. Por atos ou omissões de seus órgãos (executivos, legislativos, judiciários).
 - 2. Por atos de particulares.
- VI – A Reparação de Danos.
 - 1. Jurisprudência internacional
 - 2. Natureza e extensão
 - 3. Formas de reparação
- VII – Implementação da Responsabilidade Internacional, ou Exercício de Proteção Diplomática: Condições
 - 1. A regra do prévio esgotamento dos recursos de direito interno.
 - 2. A regra da nacionalidade das reclamações.
 - 3. O requisito de “clean hands”.
 - 4. A Cláusula Calvo de renúncia prévia no exercício da proteção diplomática.
 - 5. A noção de denegação de justiça.
 - a) Teoria e prática européias
 - b) Teoria e prática latino-americanas
- VIII – Os Princípios da Responsabilidade Internacional e as Organizações Internacionais

Unidade II: A condição dos particulares no Direito Internacional Público

- I – Condição dos Particulares no Direito Internacional Consuetudinário.
- II – Capacidade Processual dos Particulares no Plano Internacional.
- III – Experimentos Internacionais Outorgando Status Processual aos Particulares.
 - 1. Anteriores à Primeira Guerra Mundial.
 - 2. No período de entre-guerras.
 - 3. Posteriores à Segunda Guerra Mundial.

- IV – Uma Situação Específica: a Condição dos Funcionários de Organizações Internacionais.

Unidade III: A condição das organizações internacionais do Direito Internacional Público

- I – Enfoques Distintos da Matéria; Tentativas de Sistematização pelas Próprias Organizações Internacionais: os Repertórios Internacionais e Documentos Classificados.
- II – Criação e Evolução das Organizações Internacionais.
 - 1. Antecedentes históricos.
 - a) Concerto da Europa
 - b) Sistema de Haia
 - c) Uniões Públicas internacionais
 - 2. A Liga das Nações (e seus órgãos).
 - 3. A Organização das Nações Unidas (e seus órgãos) e agências especializadas (OIT, FAO, OMS, UNESCO, OMM, UIT, UPU, OACI, IMCO, FMI, BIRD, AIEA).
 - 4. As organizações regionais.
 - a) Políticas
 - b) De integração econômica
 - c) De defesa coletiva
- III – Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais (debate acadêmico e jurisprudência internacional) e Interpretação dos Poderes Atribuídos às Organizações Internacionais (métodos de interpretação e jurisprudência internacional).
- IV – Estrutura e Funcionamento das Organizações Internacionais.
 - 1. Composição (admissão, suspensão e expulsão de membros; órgãos componentes).
 - 2. Privilégios e imunidades.
 - 3. Orçamento e finanças.
 - 4. Especificidade do direito interno ou próprio das organizações internacionais (relação interna entre os órgãos de organização).
 - 5. Mecanismos internos de controle nas organizações internacionais.
 - a) Relatórios periódicos
 - b) Procedimentos para interpretação de acordos internacionais
 - c) Reclamações (modalidades; jurisprudência dos tribunais administrativos internacionais)
 - 6. Processo decisório das organizações internacionais.
 - a) A regra da unanimidade
 - b) As maiorias simples e especial
 - c) O veto
 - d) O voto proporcional
 - e) A técnica do consenso e suas aplicações

- V — Capacidade das Organizações Internacionais para Concluir Acordos.
 1. "Treaty-making power" explícito e implícito.
 2. Relação entre a personalidade internacional e o "treaty-making power".
 3. Extensão funcional do "treaty-making power".
- VI — Delimitação de Competência (nas relações entre Organizações Internacionais e Estados-Membros).
 1. As jurisdições internacionais.
 2. O domínio reservado dos Estados.
 - a) Na prática dos órgãos políticos das Organizações Internacionais
 - b) Na prática dos órgãos judiciais das Organizações Internacionais
 3. Atos das organizações internacionais.
 - a) Natureza Jurídica
 - b) Conteúdo e classificação das resoluções
 - c) Efeitos das resoluções
 4. Observações quanto às relações entre organizações internacionais e Estados não-membros.

Unidade IV: Codificação e sistematização do Direito Internacional Público

- I — Os Primeiros Esforços de Codificação, até a Conferência de Haia de 1930
 1. Temas tratados
 2. Resultados
- II — A Obra da Comissão de Direito Internacional da ONU
- III — A Obra da Comissão Jurídica Interamericana
- IV — Demais Esforços de Sistematização do Direito Internacional
 1. Repertórios nacionais da prática dos Estados
 2. Repertórios da prática das organizações internacionais
- V — Perspectivas

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Unidade I: Apresentação do Direito Internacional Privado (stricto sensu)

Introdução: O Direito Internacional Privado como auxiliar do juiz na apreciação dos fatos anormais.

1. *Projeção do direito interno no plano internacional*
 1. As pessoas
 2. Os bens
 3. Os atos jurídicos
 4. Os fatos jurídicos

2. *A questão do objeto do Direito Internacional Privado*
 1. Os conflitos de Lei
 2. Os conflitos de jurisdição
 3. A condição dos estrangeiros
 4. A nacionalidade
3. *Fontes do Direito Internacional Privado*
 1. Fontes internacionais e fontes internas
 2. Importância da Jurisprudência e da Doutrina
4. *Noções históricas*
 1. As principais escolas de Direito Internacional Privado
 2. Suas influências no Direito Contemporâneo

Unidade II: Método específico do Direito Internacional Privado

Introdução: A indicação de circunstâncias de conexão.

1. *A nacionalidade como circunstâncias de conexão*
 1. Aplicação no Direito Internacional Privado Brasileiro
 2. Aplicação no Direito Estrangeiro
 3. Aplicação em convenções internacionais
2. *O domicílio como circunstância de conexão*
 1. Aplicação no Direito Internacional Privado Brasileiro
 2. Aplicação no Direito Estrangeiro
 3. Aplicação em convenções internacionais
3. *A regra "locus regit actum"*
 1. Evolução histórica
 2. Aplicação à forma e prova dos atos
 3. Outras aplicações importantes da idéia de localização
4. *Controvérsia sobre a autonomia da vontade em Direito Internacional Privado*
 1. Origem da questão
 2. O Direito Brasileiro Antigo
 3. O Direito Brasileiro Atual

Unidade III: Casos de não aceitação do direito aplicável

Introdução: Corretivos à aplicação do Direito indicado.

1. *Defesa da ordem social*
 1. Domínio de intervenção da ordem pública
 2. O problema da definição de ordem pública
 3. Caráter evolutivo da noção
2. *A fraude à lei*
 1. Noção geral
 2. Utilização voluntária das regras de conflito
 3. As conexões fraudulentas
 4. A fraude à lei brasileira

3. *Aplicação da lei mais favorável*
 1. A proteção aos nacionais no Brasil
 2. Estado atual do problema

Unidade IV: Apresentação do Direito Internacional Privado (lato sensu)

Introdução: Os chamados conflitos de jurisdição.

1. *A competência internacional dos tribunais brasileiros*
 1. Princípios reguladores da competência internacional
 2. A competência exclusiva e a competência concorrente
 3. A competência direta e a competência indireta
2. *Peculiaridade do processo contendo elementos estrangeiros*
 1. Competência da lei do foro
 2. Prova de meios de defesa
 3. Tramitação de cartas rogatórias
3. *Homologação de sentenças estrangeiras*
 1. Importância, fundamento e alcance do reconhecimento de sentenças estrangeiras
 2. Principais obstáculos opostos ao reconhecimento das sentenças estrangeiras
 3. O sistema brasileiro de homologação das sentenças estrangeiras

Unidade V: Apresentação do Direito Internacional Privado (lato sensu)

Introdução: Nacionais X estrangeiros

1. *A nacionalidade e a ordem internacional*
 1. Fontes internacionais de Direito da nacionalidade.
 2. Conflitos de nacionalidades
2. *A nacionalidade e o Direito Brasileiro*
 1. Princípios gerais
 2. Aquisição e perda da nacionalidade brasileira
 3. Contencioso da nacionalidade
3. *A condição dos estrangeiros no Brasil*
 1. As pessoas físicas e o gozo e o exercício dos direitos no Brasil
 2. Direito Público X Direito Privado
 3. Tratados internacionais e assimilação aos nacionais
4. *As pessoas jurídicas estrangeiras no Brasil*
 1. As pessoas jurídicas de Direito Público
 2. As pessoas jurídicas de Direito Privado
 3. A condição das sociedades estrangeiras no Brasil
 4. A condição das associações e fundações no Brasil

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO BRASIL

I — *Introdução*

- alguns conceitos básicos
- visão geral da história diplomática do Brasil

II — *COLÔNIA:*

- a. Introdução ao período
- b. A expansão comercial de Portugal e Espanha: Tordesilhas
- c. As incursões francesas: a defesa militar e diplomática
- d. A União das monarquias ibéricas e suas consequências: as invasões holandesas
- e. Características da formação territorial:
 - o Sul e a Colônia de Sacramento
 - as bandeiras
 - o Norte
- f. O Tratado de Madrid e outras convenções sobre limites no século XVIII
- g. A Diplomacia de D. João no Brasil:
 - as relações com a Inglaterra
 - a ocupação da Cisplatina
 - a ocupação de Caiena

III — *Império*

- a. Introdução ao período
- b. O reconhecimento da Independência
- c. A questão da Cisplatina
- d. As relações com a Inglaterra: o declínio da preeminência inglesa
- e. As questões platinas: de 1828 à queda de Rosas:
 - a década de 1850
 - a guerra da Tríplice Aliança
- f. Relações com os Estados Unidos: o problema do Amazonas

IV — *República*

- a. Os primeiros anos: o reconhecimento e questões de limites
- b. A obra do Barão do Rio Branco: a consolidação das fronteiras; a questão do Acre; o Pan-americanismo; a Conferência de Haia de 1907
- c. O Brasil e a Primeira Guerra Mundial
- d. As relações com as Grandes Potências no entre-guerras; a diplomacia de Vargas
- e. As relações com os países latino-americanos
- f. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial
- g. Tendências contemporâneas

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- I — *Relações internacionais como campo de estudos*
 - 1. Conteúdo e limite do campo de estudos
 - a. Concepções sobre relações internacionais
 - b. Relações internacionais e ciências sociais
 - c. Teoria, política e ideologia
 - 2. Níveis de análise
 - 3. Métodos e técnicas de análise
- II — *Teorias de relações internacionais*
 - 1. Teorias clássicas
 - 2. Teorias contemporâneas
 - a. Teorias gerais (realismo, idealismo, teoria de sistemas, marxismo, dependência)
 - b. Teorias sobre problemas particulares
- III — *Atores do sistema internacional*
 - 1. O Estado
 - a. O Estado como ator fundamental
 - b. Objetivos do Estado no sistema internacional
 - c. Condições internas da política externa
 - d. O problema do poder e da força
 - e. As formas de agir: a diplomacia
 - f. As formas de agir: pressão e uso da força
 - g. Processo decisório
 - h. Ideologias: a questão do nacionalismo
 - 2. Outros atores: organismos internacionais, empresas multinacionais, etc.
- IV — *Sistema internacional*
 - 1. Formas de interação entre estados: conflito, cooperação e integração
 - 2. A organização do sistema internacional: simetria e assimetria
 - 3. As relações internacionais como relações de poder: balanço de poder e suas diversas configurações.
 - 4. As macroestruturas internacionais no século XX: sistemas econômico, militar e político.
- V — *Temas contemporâneos de relações internacionais*
 - 1. Relações Leste-Oeste
 - 2. Relações Norte-Sul
 - 3. Subsistemas regionais: o europeu, o interamericano, o latino-americano, o do Oriente Médio, o asiático e o africano.
 - 4. Desarmamento

- 5. Papel das organizações internacionais: as Nações Unidas e a OEA
- 6. O não-alinhamento
- VI — *Análise acadêmica da política externa brasileira*

SERVIÇO CONSULAR BRASILEIRO

- I — Origem da instituição consular. Os proxenos. Os Cônsules *Missi* e os *Electi*. Definições. Categorias e hierarquia dos Cônsules. Nomeação e credenciamento do funcionário consular. Corpo Consular, nacional e estrangeiro. Principais funções consulares. Privilégios, imunidades e regalias. Término das funções consulares. A Convenção de Viena de 1963.
- II — Consulados. A representação consular. A Chancelaria. Direitos e obrigações inerentes à representação consular. O direito de consulado e as mudanças políticas e territoriais. Criação, mudança de categoria e extinção de repartições consulares. Distrito e jurisdição consular. Serviço Consular Honorário.
- III — Evolução histórica do Serviço Consular Brasileiro, desde o 1º Regimento Consular de Aureliano de Souza, Visconde de Sepetiba (Decreto de 14 de abril de 1834), até os dias atuais. Principais etapas.
- IV — A atual rede consular do Brasil e o Serviço Consular das Missões Diplomáticas. A rede consular estrangeira no Brasil. As atribuições da Divisão Consular. A coordenação com outros órgãos federais do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, Estado-Maior.

SERVIÇO DIPLOMÁTICO

- I — *Política Exterior e Diplomacia*
 - 1.1 — Evolução do conceito de diplomacia
 - 1.2 — Definição e objeto da diplomacia
 - 1.3 — Prática diplomática atual
 - 1.4 — Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, 1961
- II — *Agente Diplomático*
 - 2.1 — Chefe de Estado e Chefe de Governo
 - 2.2 — Ministro das Relações Exteriores
 - 2.3 — O agente diplomático propriamente dito: evolução; classificação dos agentes diplomáticos; hierarquia de funções

- 2.4 — Encarregado de Negócios: *ad hoc* e *ad interim*
- III — *A Ação Diplomática*
 - 3.1 — Direito de legação (ativo e passivo)
 - 3.2 — Reconhecimento de estados e de governos
 - 3.3 — Estabelecimento de relações diplomáticas e de missões diplomáticas
 - 3.4 — Início e termo da missão
 - 3.5 — Missão diplomática: organização usual
 - 3.6 — Deveres e atribuições do agente diplomático
 - 3.7 — Qualidades ideais do agente
 - 3.8 — Relações com o governo local
 - 3.9 — Relações com o corpo diplomático
 - 3.10 — Correspondência e idioma usado
- IV — *Usos e Costumes Diplomáticos*
 - 4.1 — Algumas normas gerais
 - 4.2 — Uso da bandeira e do escudo nacionais
 - 4.3 — Vida social e representativa
 - 4.4 — Condecorações e medalhas
 - 4.5 — O Cônjuge Diplomático
- V — *Regras Gerais de Precedência*
 - 5.1 — Precedência oficial no Brasil
 - 5.2 — Precedência entre chefes de Missão
 - 5.3 — Precedência entre membros de uma Missão
 - 5.4 — Lista Diplomática
 - 5.5 — Precedências especiais
- IV — *Prerrogativas e Imunidades*
 - 6.1 — Evolução, aplicação atual
 - 6.2 — Inviolabilidade do agente
 - 6.3 — Imunidade de jurisdição. Renúncia
 - 6.4 — Isenção de impostos
 - 6.5 — Extensão dos privilégios diplomáticos
 - 6.6 — Asilo
 - 6.7 — Extradicação
- VII — *Organização Diplomática*
 - 7.1 — Órgão central: evolução e organização atual
 - 7.2 — Missões no exterior
 - 7.3 — Exemplo de organização em alguns países

- VIII — *Organismos internacionais*
 - 8.1 — O sistema das Nações Unidas
 - 8.2 — Outros organismos internacionais
- IX — *Órgãos coletivos de Deliberação Diplomática: Congressos, Conferências, Assembléias, etc.*
 - 9.1 — Organização e regras de procedimento
 - 9.2 — Idiomas oficiais e idiomas de trabalho
 - 9.3 — Diplomacia parlamentar
- X — *Processualística dos Atos Internacionais*
 - 10.1 — Conceitos básicos. Classificação dos atos internacionais. Convenção de Viena de 1969
 - 10.2 — Negociação e conclusão
 - 10.3 — Competência do Executivo e do Legislativo. Plenos Poderes
 - 10.4 — Elaboração do instrumento
 - 10.5 — Assinatura, Reservas
 - 10.6 — Ratificação (ou adesão) e vigência
 - 10.7 — Publicação e Registro. Efeitos dos atos internacionais
 - 10.8 — Terminação dos atos internacionais

LINGUAGEM DIPLOMÁTICA

1. Tensão e sensibilidade na linguagem. Fluxos de imagens e sua expressão. Linguagem textual, contextual e pretextual. Níveis de linguagem.
2. Origens da linguagem e das línguas internacionais. Classificação das línguas internacionais. Problemas de tradução. Linguagem diplomática.
3. Estruturas e desempenho da linguagem e das línguas internacionais. Linguagem diplomática.
4. Redação de documentos internacionais diplomáticos. Redação de atos internacionais bilaterais e multilaterais.
5. A Nota. Acordos por troca de notas.
6. Reuniões, Esquema de organização. Linguagem de negociação. Negociações multilaterais.
7. Linguagem de cerimonial de atos protocolares.
8. Informação na atividade diplomática. Análise política. Análise tagmêmica. Técnicas de redação de informe. Interpretação. Informações estimadas.

9. Análise comparativa de textos diplomáticos das chancelarias.
10. A diplomacia brasileira através dos textos.

PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES

Objetivo: Preparar os alunos do CPCD para o exercício de tarefas de responsabilidade do Itamaraty na área de promoção de exportações.

O Sistema de Promoção Comercial do Itamaraty

1. Os conceitos de Diplomacia
2. Diplomacia e Comércio
3. A Promoção Comercial no Itamaraty
 - A) Antecedentes
 - B) Quadro legal e posição institucional
 - C) Conceito de promoção comercial
 - D) O entrosamento das atividades do Sistema de Promoção Comercial com as atividades a nível de *política* econômica e comercial do Itamaraty
 - E) Os órgãos da promoção comercial
 - F) A organização da promoção comercial do Itamaraty

O planejamento: o Documento de Planejamento (DPL) e o Código Geral de Atividades (CGA)

A programação: o Programa de Promoção Comercial no Exterior (PPCE)

A avaliação e a regeneração
4. O Programa de Promoção Comercial no Exterior (PPCE)
 - A) Objetivos:

Objetivos — fim

Objetivos — meio
 - B) Diretrizes:

Modalidade de atuação

Mercados

Produtos

Empresas e empresários

Coordenação com outros órgãos e agências governamentais e privados no exterior e no Brasil

Princípios de organização

Posicionamento com relação às demais tarefas do Itamaraty

Protecionismo

C) Atividades:

Subprograma de Informação Comercial (SPIC)

Projeto Sistema de Informações Comerciais

Projeto Publicações

Publicações voltadas para a oferta brasileira

Revista "Comércio Exterior"

Boletim da Revista "Comércio Exterior"

Coleção "Estudos e Documentos de Comércio Exterior"

Publicações voltadas para a demanda externa

Revista "Brasil Comércio e Indústria"

Projeto Documentação Comercial

Projeto Levantamento de Informações de Mercado

Subprograma de Organização e Modernização (SPOM)

Projeto Planejamento

Projeto Programação

Projeto Organização e Controle

Normalização

Avaliação

Acompanhamento da execução orçamentária

Treinamento/Cooperação Técnica

Subprojeto CITRE

Treinamento no Brasil: CTA/DPR, SET/DPR,

CCE/DPR

Projeto Feiras/CITRE

Subprograma de Operações de Promoção Comercial (SPOC)

Projeto Apoio a Exportadores e Importadores

Projeto Visitas de Importadores

Projeto Missões Comerciais

Projeto Apoio à Captação de Investimentos

Projeto Operações Especiais

Subprograma de Estudos e Pesquisas de Mercado (SPEP)

Projeto Estudos Estratégicos

Subprojeto Diretor

Subprojeto "Estudos Específicos"

Subprojeto Análise de Planos de Desenvolvimento Econômico e Social

Subprojeto Exportação de Serviços Técnicos

Subprojeto Estudos Especiais Conjunturais

Projeto Pesquisas Correntes

Subprojeto Pesquisas Correntes

Subprojeto Processamento de Pesquisas

Pesquisas Correntes

D) Orçamento-programa

CPCD — PLANO DE ESTUDOS — 1981

VESTIBULAR	SETORES	CPCD			
		1º Ano		2º Ano	
		1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
Português Francês Inglês	Línguas Básicas	Português (só para alunos estrangeiros) Francês Inglês	Português (só para alunos estrangeiros) Francês Inglês	Português (só para alunos estrangeiros) Francês Inglês	Português (só para alunos estrangeiros) Francês Inglês
	Línguas Opcionais	Alemão Espanhol Russo	Alemão Espanhol Russo	Alemão Espanhol Russo	Alemão Espanhol Russo
Hist. Brasil Hist. Mundial Geog. Brasil Geog. Mundial Noções de Direito Noções de Economia	Matérias Básicas	Ciência Política Direito Constitucional Economia — I	Direito Int. Púb. I Economia — I Sociologia	Direito Int. Púb. II Economia Hist. das Rel. Dipl. do Brasil Relações Internacionais	Direito Int. Privado Economia Hist. das Rel. Dipl. Brasil
	Matérias Profissionalizantes	Expressão e Redação Profissional Organização e Métodos de Trabalho do MRE	Expressão e Redação Profissional	Serviço Cons. Brasileiro Linguagem Diplomática Promoção de Exportações	Linguagem Diplomática Serviço Diplomático
	Atividades Extracurriculares	Visita às várias unidades de trabalho do MRE Conferências	Conferências	Conferências Orientação Profissional	Conferências Visita a ITAIPU São José dos Campos Orientação Profissional

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD)

CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)

O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o Curso de Altos Estudos (CAE) constituem um sistema de treinamento e qualificação funcional, na forma prevista pelo Artigo 6º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabelece:

“A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e de qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo”.

O CAD tem por objetivo treinar os Segundos Secretários em matérias de nível intermediário, preparando-os para o acesso aos escalões de Primeiro Secretário e de Conselheiro. Por sua vez, os funcionários desta última categoria terão no CAE uma etapa de preparação aos estágios superiores da Carreira: Ministro de Segunda Classe e de Primeira Classe.

O CAE foi criado formalmente em 1961, pela Lei nº 3.917. Quanto ao CAD, foi instituído pelo Decreto nº 71.323, de 1972. A inovação trazida pelo Decreto nº 79.556 refere-se somente ao nível próprio para o primeiro daqueles Cursos, que passou a ser o de Conselheiro — classe inexistente em 1961. Esta alteração foi feita dentro do espírito da reforma instituída pelo Decreto-Lei nº 200, de 29 de setembro de 1969, pelo qual cabe ao Executivo regular, por Decreto, os critérios para a progressão funcional, *ex-vi* do Artigo 6º da Lei nº 5.645, de 1970, acima citado.

O CAD é fundamentalmente um curso por correspondência: os Segundos Secretários nele matriculados receberão textos básicos, além de outros materiais didáticos, sobre as disciplinas previstas, prestando exame escrito, posteriormente, em Brasília ou, no caso dos funcionários lotados no exterior, através do sistema de malas diplomáticas, mediante o envio de aplicadores de provas ou com a chamada a serviço à Secretaria de Estado pela duração dos exames. Haverá, naturalmente, ampla possibilidade de diálogo entre o aluno e o Instituto.

No que diz respeito ao CAE, sua atividade básica consiste no preparo de trabalho sobre tema de relevância funcional aprovado previamente pelo Instituto Rio-Branco. O trabalho, apresentado por escrito, será julgado por Banca Examinadora designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Em

época prevista pelo Edital de regulamentação do CAE em que está inscrito, será convocado para a defesa oral do trabalho, perante a mesma Banca Examinadora. Completa-se o ciclo do CAE com estágio de curta duração em Brasília, constando de visitas, trabalhos individuais e em grupo, seminários, viagens, etc. — propiciando atualização com os principais setores da vida nacional.

A escolha do tema para o trabalho é aspecto importante deste processo. A sugestão inicial deve partir do aluno, no momento em que se candidate à matrícula, podendo refletir os temas a área geográfica de sua maior experiência na Carreira. A determinação definitiva do tema, contudo, exigirá a aprovação do Instituto, com vistas a assegurar que o trabalho, definido precisamente, tenha relevância funcional e contribua para o acervo de documentação do Itamaraty. Em outras palavras, o trabalho deverá constituir subsídio útil para a formulação e execução da política externa do País.

Tanto para o CAD como para o CAE não haverá publicação de notas ou classificação dos alunos. A aprovação será por conceito, podendo os alunos reprovados matricular-se em qualquer Curso posterior.

A implantação dos dois Cursos na forma estabelecida pelo Decreto 79.556 e pelas Portarias n.ºs 450 e 451, em que se baseia o Edital, é feita na consciência de que os modelos adotados deverão ser adaptados na prática às peculiaridades da Carreira, e também a certas limitações objetivas, como a de recursos financeiros e humanos. Por isso as normas estabelecidas pelas Portarias — e mais ainda as do Decreto — são propositadamente genéricas, assegurando ampla margem para a realização dos ajustes que se revelem necessários. O importante é que, com a instituição do CAD e do CAE, dá-se forma concreta ao processo de aperfeiçoamento e valorização do Diplomata brasileiro.

IV CAD — 1981

Realizaram-se em 1981 as provas finais do IV CAD.

As inscrições previstas no Edital de 9 de maio de 1980 — Diário Oficial de 16/5/80 — estiveram abertas entre 1.º e 31 de julho de 1980.

Para atender à distribuição geográfica dos diplomatas inscritos, as provas finais foram realizadas em Brasília, em Roma e em Washington, simultaneamente, nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 1981.

Dos 43 inscritos, compareceram 30 Segundos Secretários assim distribuídos:

Brasília — 7 candidatos lotados na América Latina e na Secretaria de Estado

Roma — 16, lotados na Europa, Ásia e África;

Washington — 7, lotados na América do Norte e na América Central.

As provas finais, escritas, obedeceram o seguinte esquema:

1.ª prova — dia 23 de setembro — Relações Internacionais e Organismos Internacionais;

2.ª prova — dia 24 de setembro — Economia Brasileira e Comércio Exterior do Brasil;

3.ª prova — dia 25 de setembro — Sistema Brasileiro de Orçamento e Execução Financeira.

Foram aprovados no IV CAD:

Alcides Gastão Rostand Prates

Américo Dyott Fontenelle

Ana Maria Sampaio Fernandes

Antonio Carlos do Nascimento Pedro

Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas

Eduardo Prisco Paraiso Ramos

Elisabeth Helena Erdos de Magalhães

Ernesto Orro Rubarth

Everton Vieira Vargas

Fausto Martha Godoy

Flavio Helmond Macieira

George Lamazière

Gilberto Fonseca Guimarães de Moura

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

Leda Lucia Martins Camargo

Maria da Graça Nunes Carrion

Mario Vilalva

Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Paulo Joppert Crissiuma

Paulo Roberto de Almeida

Paulo Tarrisse da Fontoura

Pedro Fernando Bretas Bastos

Pedro Henrique Lopes Borio

Pedro Scalisse Neto

Sergio Sanginito Novaes da Silva

A Banca Examinadora que presidiu o IV CAD constituiu-se dos seguintes diplomatas:

Ministro Guilherme Luiz Belford Roxo Leite Ribeiro — Administração Pública Federal;

Conselheiro Gelson Fonseca Junior — Relações Internacionais e Organismos Internacionais;

Conselheiro Roberto Gaspary Torres — Sistema Brasileiro de Orçamento e Execução Financeira;

Professor Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque — Economia Brasileira e Comércio Exterior do Brasil.

V CAD

Entre 1.º e 31 de março de 1981 estiveram abertas as matrículas para o V CAD (Edital de 17 de julho de 1981 — Diário Oficial de 22/7/81).

As provas escritas estão previstas para o período de março a abril de 1982.

Inscreveram-se 68 Segundos Secretários.

III CAE

As inscrições para o III CAE estiveram abertas entre 19 de junho e 13 de julho de 1980. Inscreveram-se 8 Conselheiros.

Os trabalhos propostos, entregues até 30 de novembro de 1980, em cumprimento ao disposto no Edital de 17 de abril de 1979 (D.O. de 20 de abril), foram julgados pela Banca Examinadora designada pela Portaria nº 492, de 22 de setembro de 1980, constituída pelos seguintes membros:

Embaixador Orlando Soares Carbonar — Presidente

Embaixador Alvaro da Costa Franco

Ministro Rubens Ricúpero

Professor Vicente Marotta-Rangel

As arguições realizaram-se entre 10 e 13 de novembro de 1981.

Foram aprovados os seguintes Conselheiros:

Carlos Alberto Pessoa Pardellas

Heloisa Vilhena de Araújo

Nuno Álvaro Guilherme d'Oliveira

Paulo Fernando Telles Ribeiro

Paulo Roberto Barthel-Rosa

Virgílio Moretzsohn de Andrade

IV CAE

As teses dos 28 diplomatas inscritos, ainda em 1980, no IV CAD, foram em 1981 analisadas pela Banca Examinadora, que foi constituída dos seguintes membros: Embaixador Adolpho Correa de Sá e Benevides, Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, Ministro Rubens Ricúpero e Professor Vicente Marotta-Rangel. As arguições orais foram marcadas para março de 1982.

V CAE

Estiveram abertas, entre 19 e 31 de março, as inscrições para o V Curso de Altos Estudos, cujos trabalhos poderão ser recebidos até 31 de março de 1982, conforme o estabelecido no Edital, de 27 de janeiro de 1981.

CURSO DE FORMAÇÃO DE DIPLOMATAS NO SURINAME

Em 1981, o Instituto Rio-Branco foi convidado pelo Governo do Suriname a organizar, junto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros local e com o Instituto de Direito e Relações Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade do Suriname, um curso intensivo, em três meses, de preparação de diplomatas surinameses, o qual contou também com a participação do Institute of International Relations, de St. Augustine, Trinidad & Tobago, e do United Nations Institute for Training and Research (UNITAR), de Nova York.

Ao Instituto Rio-Branco coube a terceira parte do curso, a qual constou do seguinte programa:

1. *Direito Internacional*
 - a. Direito dos Tratados
 - b. Direito Diplomático e Consular
 - c. Imunidade diplomática
 - d. Asilo diplomático
 - e. Autodeterminação e integridade territorial
2. *Prática Diplomática*
 - a. Técnicas e procedimentos de negociações
 - b. Redação de instrumentos internacionais
 - c. As funções do diplomata no exterior
 - d. Diplomacia bilateral e multilateral
 - e. Diplomacia parlamentar: prática
3. *Relações Internacionais*
 - a. História das relações internacionais
 - b. Relações internacionais dos estados latino-americanos
 - c. Pacto Amazônico
 - d. OEA: estrutura, funções e atividades recentes
 - e. Pacto Andino
4. *Noções de Cerimonial*

O Secretário João Carlos de Souza-Gomes foi nomeado diretor do curso e foram designados os seguintes conferencistas: Professor Antonio Augusto Cançado Trindade, Ministro Rubens Ricúpero, Ministro Gilberto Ferreira Martins, Ministro Fernando Silva Alves, Ministro Luiz Felipe de La Torre Benitez Teixeira Soares e Secretário André Mattoso Maia Amado.

FORMATURA DA TURMA DE 1980

Em cerimônia presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General-de-Exército João Baptista de Figueiredo, com a presença de Sua Excelência o Senhor Vice-Presidente da República, Deputado Aureliano Chaves, e do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro, foram diplomados, em 22 de abril de 1981, os seguintes alunos, que concluíram o Curso em 1980:

Marcos Bezerra Abbot Galvão
Luís Fernando Panelli César
Evandro de Sampaio Didonet
Fernando Simas Magalhães
Ana Cândida Perez
Matias Antonio Senra de Vilhena
Ricardo Neiva Tavares
Luiz Alberto Figueiredo Machado
Denis Fontes de Souza Pinto
Sérgio Taam
Douglas Wanderley de Vasconcellos
George Monteiro Prata
Cícero Martins Garcia
Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura
Eduardo de Mattos Hosannah
Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior
Paulo Roberto da Costa Pacheco
Hélio Póvoas Junior
Paulo Roberto Palm
Ana Maria Pinto Morales
Paulo César Cappelli Nogueira
José Wilson Moreira
Manoel Carlos Lourenço Gualda
Luiza Maria Guerra Campelo
Durval Carvalho de Barros
Pedro Henrique Eduardo Magalhães
Ellen Osthoff Ferreira de Barros
Carlos Alberto de Oliveira Pessoa
José Vicente da Silva Lessa
José Fernando Valim

Luis Henrique Sobreira Lopes
 Eduardo Carvalho
 Luiz Carlos Galindo de Medeiros
 Carmen Lúcia Richter Ribeiro Moura
 José Borges dos Santos Junior
 Arnaldo Caiche d'Oliveira
 Marisa Baranski Lamback
 Ana Cristina Campello Torres
 Sheila Maria de Oliveira
 Rujiza Mara Andreyevich
 Vitor Hugo de Souza Irigaray
 José Fiuza Neto
 Miguel Júnior França Chaves de Magalhães
 Mônica de Menezes Campos
 Flávia Raquel Ribeiro da Luz
 José Mauro da Fonseca Costa Couto
 Maria Juliana Dutra Martins

Receberam o "Prêmio Rio-Branco", atribuído ao 1º e 2º colocados na classificação final do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Marcos Bezerra Abbott Galvão — Medalha de ouro

Luís Fernando Panelli César — Medalha de prata

O "Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva", conferido ao 1º e ao 2º colocados na classificação final dos Exames Vestibulares, foi atribuído aos seguintes integrantes da turma:

Leonilda Beatriz Campos Gonçalves — Medalha de prata*

Marcos Bezerra Abbott Galvão — Medalha de bronze

Durante a solenidade, discursou o Senhor Ministro de Estado, Embaixador Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro, cuja oração é transcrita integralmente, a seguir.

"Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado,

Meus colegas, em especial os que hoje ingressam em nossa carreira.

Estamos, hoje, reunidos para a cerimônia de conclusão do curso de preparação para a carreira diplomática, do Instituto Rio-Branco.

Os meus novos colegas iniciam a carreira em momento especialmente complexo da realidade internacional. Os processos de transformação se aceleram; multiplicam-se sintomas de crise e tensão; são questionadas regras de comportamento internacional que a todos pareciam estabelecidas; os níveis de interdependência aumentam, mas não se diluem as formas de dependência vertical; conflitos regionais rapidamente se tornam refratários a mediações e a propostas de paz; persistem formas de discriminação racial e do mais iníquo racismo; o longo processo de articulação de uma nova ordem econômica

(*) Leonilda Beatriz Campos Gonçalves foi nomeada Terceiro Secretário antes de seus colegas de Vestibular, em virtude de aprovação em concurso de provas, em 1978.

internacional deixa saldo pobre, mais de frustrações do que de resultados efetivos.

Esse elenco de questões internacionais contemporâneas sem dúvida sublinha o lado das dificuldades (porque na verdade, de tão fortes, às vezes obscurecem as linhas de esperança), mas constitui sem dúvida o cenário em que, daqui por diante, os diplomatas irão atuar.

É um espaço complexo. Os valores são fluidos. Não há tendências simples a registrar. Não há oposições inteiramente rígidas. Daí, a primeira lição a tirar é a da necessidade de participar. Num mundo de interações complexas, a participação universalista, aberta, a busca da oportunidade adequada, é exigência mínima. A participação no limite dos interesses e dos meios do país é o melhor caminho que serve efetivamente ao Brasil.

A situação internacional que nos acompanhará não promete uma carreira de diplomata amena ou fácil. Na verdade, a cada um desses problemas, corresponderá uma atuação que exigirá cautela, meditação, realismo, e mesmo modéstia.

Mas, no trabalho cotidiano, os Senhores terão certos trunfos.

Um dos decisivos será o de que os Senhores são diplomatas no Brasil de hoje. No Governo do Presidente João Figueiredo, o país reflete suas melhores e mais autênticas vocações: a da liberdade, a do desenvolvimento e a da justiça social. O Estado e a sociedade buscam, em diálogo franco, sem constrangimentos ou hesitações, a implantação da democracia. O país vive plenamente sua autenticidade. O Estado tem de responder melhor e mais atentamente aos anseios da sociedade; servi-la melhor, e com ideais inabaláveis de democracia e justiça. Tornam-se mais prementes as exigências de representatividade, a que sempre respondeu a Casa de Rio-Branco, com simultânea sensibilidade para as peculiaridades do meio externo onde atua.

Meus jovens colegas,

A democracia deve orientá-los e servir mesmo de inspiração em seu cotidiano. Não devem os Senhores fugir ao fato de que, como brasileiros e servidores públicos, a participação na implantação e aperfeiçoamento do processo democrático é tarefa de todos, em todos os momentos e instâncias de suas carreiras.

Sublinharia ainda que o momento exige de nós, diplomatas, e muito especialmente dos que trazem renovação e juventude para a Casa de Rio-Branco, modos próprios para o exercício de nossa vocação. O momento não admite as direções unívocas e elitistas, as soluções fechadas, as fórmulas mágicas. O momento é de diálogo. É fundamental reforçar a sensibilidade aguda para as transformações da vida nacional; compreender as direções da mudança, aceitá-las e incorporá-las ao fazer diplomático. A diplomacia é, e deve ser, representativa do país como um todo, como é realmente, sem artificialismos, sem falsas grandezas, sem antecipações açodadas, mas sem anacronismos. Captar cada momento é fundamental para que possamos representar o que o Brasil é permanentemente.

A representatividade é também uma dimensão real e imediata no próprio

processo de recrutamento para o Instituto Rio-Branco. Tem sido preocupação constante ampliar ao máximo a igualdade de oportunidades na seleção dos futuros diplomatas e adotar, como única base para a seleção, o mérito e, na medida em que é possível aferir, a vocação. O Instituto Rio-Branco, pelos padrões estritamente democráticos de seus critérios de seleção e de acesso à carreira, se inspira na igualdade de oportunidades, sem discriminações e preconceitos. Os critérios procuram ser apenas os do interesse do serviço e, portanto, os de toda a comunidade.

A ação externa do Brasil é compatível com a democracia interna, no que ela tem de essencial porque reflete o caráter e os valores nacionais. Por isso, ela tende a criar confiança externa no país. A confiança nasce, também, do adequado relacionamento diplomático. De uma diplomacia clara, sem sofismas ou segundas intenções, que despreza hegemonias, que é fiel aos compromissos e à condição brasileira de país em desenvolvimento, e que busca permanentemente articular formas de cooperação internacional. Não queremos comportamentos de potência que repetem formas gastas dos jogos de poder, pois não permitem eles lastrear modalidades sólidas de cooperação.

Num segundo diapasão, queremos que sejam mais democráticas as relações entre as nações. Queremos que, a cada momento, haja participação efetiva e ampla das nações nos negócios do mundo, e que sejam eliminados os obstáculos que dificultam a entrada equitativa no processo decisório internacional. Queremos liberdade para a escolha de caminhos, que a autodeterminação dos povos seja uma verdade política, e não fique sujeita a interesses específicos das Superpotências.

Numa terceira implicação da democracia para a atividade diplomática, devo indicar que o nosso regime nacional não nos privilegia na comunidade das nações, no sentido de nos tornarmos donos de soluções para outros países. Não temos, a qualquer título, a pretensão de deter o monopólio da verdade para as saídas para impasses institucionais ou quadros de crise internacionais. Nosso esforço pela experiência democrática pode ser útil para outras nações, mas jamais será pretexto para conselhos, influências, e, muito menos, intervenções.

A democracia é uma escola de compreensão dos limites mútuos de diferentes agentes políticos. Abre cenários de diálogo e negociação, vive deles. Estimula a igualdade exatamente porque as negociações entre desiguais são, em regra, formas veladas de ingerência. As lições da democracia valem fortemente para o mundo das nações, e, como valor ocidental, deveriam, por exemplo, ser o miolo de propostas éticas para quebrar a rigidez de processos de negociação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

As tarefas complexas e abrangentes que os Senhores vão enfrentar exigem qualidades novas, e renovação permanente de qualidades. As responsabilidades do diplomata acompanharão inevitavelmente a participação crescente do Brasil nos negócios do mundo. As exigências pessoais serão duras.

No cumprimento do dever, não bastará o empenho; muitas vezes, a solicitação será de sacrifício.

País em desenvolvimento, não podemos nos contentar com as soluções rotineiras dos manuais; dos Senhores, esperamos contribuição intelectual, imaginação, capacidade de criação. A rotina não basta.

Somos um país que se forma, e para que o faça autenticamente, o melhor deve ser exigido de cada brasileiro. Na profissão que os Senhores escolheram, não pode haver hesitação neste empenho de servir ao país, e ao país todo, e à nação toda.

A defesa de nossos interesses exige que se vá adiante do modelo dos antecedentes. Exige dos Senhores que eduquem suas sensibilidades, que mantenham atualizados os seus conhecimentos, que saibam refletir sobre tendências, oportunidades, e transformações. O conhecimento sobre relações internacionais, visto do ângulo do interesse brasileiro, não está pronto e acabado nos escaninhos das bibliotecas. Os Senhores, em boa parte, vão criá-lo.

Os Senhores são agora diplomatas de um país em desenvolvimento, do Terceiro Mundo. Cabe a nós combinar imaginativamente os interesses nacionais e a compreensão de que, para realizá-los, há que manter intactos os projetos de transformação global do sistema internacional.

Queria ainda dizer-lhes que a carreira diplomática impõe delicado equilíbrio entre o indivíduo e a instituição. Os Senhores encontrarão funções interessantes e outras não; haverá postos difíceis, e missões complicadas; haverá alguma rotina, por um lado, e por outro até aventura. As situações individuais variarão. Mas tudo estará ligado por um objetivo. Fazer bem, com cuidado e dedicação, cada uma das tarefas que nos cabe, como instituição, essa é a verdadeira tradição do Itamaraty, no Brasil e no exterior. Isto se refletirá na vida dos Senhores que se tornam, de hoje em diante, parte e representação do Itamaraty.

Unidade, coerência, consistência, compreensão cuidadosa dos objetivos nacionais são as bases da diplomacia brasileira. Seus alicerces modernos, lançados por Rio-Branco, estão plenamente vigentes, e sempre favoreceram os movimentos de renovação e de adaptação. Rio-Branco, nosso patrono, talvez tenha sido diplomata extraordinário porque soube ligar, com talento, as necessidades nacionais e as situações internacionais, através dos instrumentos adequados de negociação, sem esquecer jamais a proposta de paz, inerente à diplomacia.

Os valores institucionais não devem implicar o esmaecimento das individualidades. A instituição só será forte enquanto contar plenamente com as motivações individuais, com a vontade individual de contribuir para aperfeiçoá-la.

Suas responsabilidades nascem do momento em que os Senhores começam o primeiro dia de trabalho. As palavras que dirigi aos Senhores não são conselho para um futuro distante. São para hoje. São o nosso modo de aceitar o encargo público que desempenhamos. As obrigações, portanto, já começaram. E, quero muito que os Senhores encontrem, no Itamaraty, um lugar para a realização profissional, e um motivo a mais para felicidade pessoal.

PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

Aleixo, José Carlos Brandi (CPCD, 19º ano, Ciência Política)

Doutor (PH.D) em Ciência Política por "Georgetown University", Washington, D.C. (1963-1968); Diploma registrado na Universidade Federal de Minas Gerais em 3.7.1970; Licenciatura em Teologia pela Universidade Pontifícia de Comillas, Santander, Espanha (1958-1962); Licenciatura em Letras Clássicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1953-1957); Licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro (1953-1955); Diploma do Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra (1975). Membro da PI SIGMA ALPHA "The National Political Science Honor Society" dos Estados Unidos da América do Norte; Membro Titular do Instituto Brasileiro de Filosofia; Membro da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos; Membro da "International Political Science Association"; Membro da "Latin American Studies Association"; Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Congressos da IPSA (1976 e 1979); Seminários do Programa de Estudos das Relações Internacionais Latino-Americanas (1979, 1980, 1981). Matérias lecionadas na Universidade de Brasília no período de 1969 a 1981: graduação: Introdução à Ciência Política, Teoria Política I, Teoria Política II, Relações Interamericanas, Relações Internacionais, Política Latino-Americana, Política Externa Brasileira; pós-graduação: Relações Internacionais, Organizações Diplomáticas Internacionais, Organizações e Relações Interamericanas. Ex-Chefe do Departamento de Política (1969); Ex-Chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais (1976-1978); Coordenador do Curso de Especialização sobre "Relações Internacionais na América Latina". Principais trabalhos publicados — "The Catholic Church and Elections" 1969; "A Integração Latino-Americana. Considerações Políticas e Históricas sobre suas Bases, Processo e Significado, 1970"; "A Política Demográfica do Brasil" (Revista de Ciência Política 1974); "Migrações Internacionais de Pessoal Qualificado" (Revista Brasileira de Estudos Políticos 1974); "Pedro Aleixo. Testemunhos e Lições" (1976); "O Conflito El Salvador-Honduras e a Integração Centro-Americana" (Revista de Ciência Política, 1977); "Democracia Representativa" (Revista de Informação Legislativa 1977); A Complexa Natureza das Relações Internacionais" (Jornal de Brasília 1979); "A Democracia no Mundo Contemporâneo e no Brasil" (1981); "O voto do analfabeto" (Revista de Informação Legislativa 1981).

Bath, Sergio Fernando Guarischi

(CPCD, 1º ano, Organização e Métodos de Trabalho do MRE)

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, 1954; Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr, 1956; Diploma de Língua Inglesa, pela Universidade de Michigan, 1960; "Certificate of Proficiency in English", Universidade de Cambridge, 1960; Cursos de Economia, Universidade de Georgetown, Washington, 1962, 1963. Terceiro Secretário, 1954; Segundo Secretário, 1961; Primeiro Secretário, 1966; Conselheiro, 1973; Ministro de Segunda Classe, 1975; Ministro de 1ª Classe, 1979. Auxiliar do Secretário-Geral, 1961; Auxiliar do Chefe-Geral-Adjunto para a Europa Oriental e Ásia, 1961, 1962; Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1974 e 1975; Diretor do Instituto Rio-Branco, 1975 a abril de 1981. Tóquio, Terceiro Secretário, 1957 a 1959; La Paz, Terceiro Secretário, 1959 a 1961; Washington, Segundo Secretário, 1965 a 1967; México, Primeiro Secretário, 1967 a 1968. México, Encarregado de Negócios, 1966, 1967 e 1968; Roma, Primeiro Secretário, 1973 e 1974; Roma, Encarregado de Negócios, 1973 e 1974; Malásia, Embaixador, 1981 (abril). BID, Diretor-Executivo-Suplente-Temporário, 1963 a 1965; FMI, Diretor-Executivo-Adjunto-Temporário, 1964; Ministério do Planejamento, Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional, 1968 a 1971; IRBr, Coordenador do Departamento de Economia, 1970; UNB, Brasília, Professor de Instituições Diplomáticas, 1976 e 1977.

Buarque, Cristovam Ricardo Cavalcanti

(CPCD, 2º ano, Economia; IV CAD, Economia Brasileira e Comércio Exterior do Brasil)

Curso de Engenharia Mecânica e Industrial, Universidade Federal de Pernambuco, 1962 a 1964; Curso de Ciências Econômicas, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, 1970 a 1973; Economia do Desenvolvimento – 3º Ciclo – "Ecole Practique des Hautes Etudes, Sorbonne" – 1970 a 1973; Desenvolvimento Econômico – Seminário para líderes universitários latino-americanos, Harvard University, julho de 1964; Projetos Econômicos – Curso de Preparação e Análise de Projetos, O.E.A., julho de 1966. Professor Titular de Economia Internacional, Universidade Federal de Pernambuco, 1967 a 1970; Instrutor de Cursos para técnicos de nível superior do Nordeste (Projetos, Introdução à Economia e Planejamento), da SUDENE, 1967 a 1970; Professor-Assistente de Economia Internacional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, 1968; Professor-Assistente de Macroeconomia, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, 1968; Diretor e Professor de Cursos de Preparação e Análise de Projetos em Quito, Tegucigalpa e La Paz – BID (Banco Interamericano do Desen-

volvimento) – 1973 e 1974; Conferencista convidado sobre Análise Social de Projetos, Universidades Nacionais de Santo Domingo e de Honduras, 1974; Professor de Avaliação Social de Projetos em Buenos Aires – ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) – 1975; Professor de Avaliação Social de Projetos em Santa Fé, Argentina, Banco Mundial, 1976; Conferencista convidado sobre a Crise do Pensamento Econômico Atual – American University, 1977; Professor-Adjunto de Projetos (Benefit-Cost Analysis) da American University, 1º semestre de 1978; Professor do Curso de Mestrado de Projetos – CEDEPLAR – Universidade de Minas Gerais, junho de 1979; Professor Colaborador IV-DE, Universidade de Brasília, 1979. Economista Senior, Divisão de Análise de Projetos Industriais de Turismo, Pesca e Mineração – BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) maio de 1975 a março de 1979; Professor responsável pelos aspectos técnicos e didáticos "workshop" sobre Preparação e Análise de Projetos, realizado em Buenos Aires para profissionais do Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai – ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento) – 1975; Consultor do BID, fevereiro de 1973 a abril de 1975; Assessor do Presidente do CID (Centre International pour le Développement), 1972; Diretor Encarregado de Projetos Industriais da CONSPLAN (Consultoria do Planejamento), 1967 a 1970. Membro Efetivo do Conselho Universitário da Universidade Católica de Pernambuco; Representante do Corpo Docente da Faculdade de Ciências Econômicas (1969 e 1970); Participou do Seminário sobre Recursos Humanos na América Latina, Fundacion CREOLA, (Caracas), CID (Paris), UCLA (California) em 1972; Membro das Associações: American Economic Association; SID – Society for International Development, como membro do Conselho Diretor do "Capítulo" de Washington; e da World Future Society. Autor de várias publicações no Brasil e no exterior.

Ferreira, Roberto Wanderley de Souza

(CPCD, 1º e 2º anos, Russo)

Bacharel em Direito pela AEUDF/Brasília; Formação em Língua Estrangeira (Russo); Participação em Seminário de Introdução à Metodologia Audiovisual para aplicação do método Micha (Russo), RJ, 9 a 13 de fevereiro de 1981. Tradutor de Russo, São Paulo/SP, Professor de Idiomas, Presidência da República, desde 1976; Professor de Russo no CPCD, Instituto Rio Branco, desde 1978; Intérprete na VI Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasileiro-Soviética, em outubro de 1979; Intérprete do Presidente da Câmara dos Deputados por ocasião da visita da Delegação Parlamentar Soviética a Brasília, abril de 1980.

Ferreira-Lopes, José

(Vestibular ao CPCD, Noções de Economia; CPCD, 1º ano, Economia)

Diploma de Economia, Faculdade Nacional de Ciências Econômicas,

Universidade do Brasil, RJ; Curso de História Comparada Brasil-Portugal, do Real Gabinete Português de Leitura, Rio, 1957; Cursos de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Doutorado em Economia, Universidade de Ottawa. Terceiro Secretário, 1961; Segundo Secretário, 1966; Primeiro Secretário, 1972; Conselheiro, 1978. Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, 1970/71; Chefe, interino, da Divisão de Feiras e Exposições Comerciais, 1971/72; Chefe, interino, da Divisão da África, 1973; Chefe da Divisão da África-I, 1980; Ottawa, Terceiro Secretário, 1963/66; Montreal, Chefe, interino do SEPRO, 1963; Ottawa, Encarregado de Negócios, 1964; Ottawa, Segundo Secretário, 1966; Londres, Segundo Secretário, 1966/70; Londres, Chefe do SEPRO, 1966/70; Londres, Primeiro Secretário, 1974/77; Tóquio, Primeiro Secretário, 1977/78; Tóquio, Encarregado de Negócios, 1978; Tóquio, Conselheiro, 1978/80. Medalha "Lauro Müller"; Ordem do Mérito Agrícola da Costa do Marfim; "Member of the Victorian Order".

Fonseca Junior, Gelson

(CPCD, 2º ano, Relações Internacionais; IV CAD, Relações Internacionais e Organismos Internacionais)

Bacharel em Direito, Faculdade de Direito, UEG; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Terceiro Secretário, 1970; Segundo Secretário, 1973; Primeiro Secretário, 1977; Conselheiro, 1980. Auxiliar do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1970/73; Assistente do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1973; Assistente do Chefe da Divisão da África II, 1976/77; Assessor do Ministro de Estado, 1977/80. Washington, Segundo Secretário, 1973/76.

Lins, Augusto Estellita

(Vestibular ao CPCD, Português; CPCD, 1º ano, Expressão e Redação Profissional; CPCD, 2º ano, Linguagem Diplomática)

Escola Naval de Villegaignon, 1948; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, PUC/RJ, 1953; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, 1954; Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr, 1955; Curso de Informações, Escola Superior de Guerra, 1966; Curso de Política Internacional, Instituto de Estudos Latino-Americanos, Universidade Internacional de Estudos Sociais Pro-Deo, Roma, 1971; Curso de Artes Gráficas, SENAI-DR/DF, 1975; Curso de Organização e Métodos, BCCCL Consultores, DF, 1976; Curso de Altos Estudos, Escola Superior de Guerra, 1976; English Literature, IBI, 1976. Terceiro Secretário, 1955; Segundo Secretário, 1961; Primeiro Secretário, 1966; Conselheiro, 1973; Ministro de 2ª Classe, 1977. Auxiliar do Secretário-

Geral de Política Exterior, 1967-1968; Assistente do Chefe da Divisão de Segurança e Informações, 1968; Chefe da Divisão de Divulgação Documental, 1976. Secretário substituto da Comissão de Reparações de Guerra, 1956; Secretário da Comissão Nacional para a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, 1957. Membro da "Academia de Advogados", do Equador; Presidente da Comissão de Verificação instituída pelo Conselho Federal de Cultura para aprovação do Curso de Relações Internacionais na Universidade de Brasília, 1977; Presidente da Banca Examinadora de Português no Exame Vestibular para o CPCD e no Concurso de Provas para a Carreira Diplomática, IRBr, 1977a 1980. Autor de obras de poesia e ficção.

Martins, Gilberto Ferreira

(CPCD, 2º ano, Serviço Diplomático)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Curso de Direito e Prática Consular, "George Washington University"; Curso sobre "Programa de Ensino técnico sobre Política Financeira", organizado pela Comissão de Coordenação e Implementação de Técnicas Financeiras do Ministério da Fazenda e do "Centro de Estudos Monetários Latino-Americano"; Curso de Altos Estudos do Instituto Rio-Branco. Terceiro Secretário, 1961; Segundo Secretário, 1966; Primeiro Secretário, 1973; Conselheiro, 1976; Ministro de Segunda Classe, 1980. Assistente do Chefe da Divisão de Atos Internacionais, 1963/64; Chefe da seção de Informações da Divisão de Segurança e Informações, 1971/72; Assistente do Chefe da Divisão de Política Financeira, 1972; Chefe, interino, da Divisão de Política Financeira, 1973/74; Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1979/80. Washington, Terceiro Secretário, 1964/66; Washington, Segundo Secretário, 1966/67; México, Segundo Secretário 1967/71; México, Encarregado da Seção Consular, 1968; México, Encarregado de Assuntos Tecnológicos e Científicos da Embaixada, 1968; México, Encarregado de Negócios, 1969; Genebra, Delegação Permanente, Primeiro Secretário, 1974/76; Genebra, Delegação Permanente, Conselheiro, 1967/77.

Nascimento, Vamireh Chacon de Albuquerque

(CPCD, 1º ano, Sociologia)

Bacharel e licenciado pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco, 1958; Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, 1956. Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, 1959; Livre-docente pela mesma Universidade, 1961; Especialização em Sociologia da Cultura nas Universidades de Munique, Colônia e Muenster, República Fe-

deral da Alemanha, 1959 e 1960; Especialização em História do Desenvolvimento Econômico na Universidade de Chicago, EUA 1960. Professor visitante na Universidade de Muenster, República Federal da Alemanha, 1967 e 1968; Conferencista nas Universidades de Berlim Ocidental, Frankfurt/M. e Friburgo/Br, República Federal da Alemanha, 1967 e 1968; Pesquisador na Universidade de Bonn, 1974 e 1975; Ex-Professor Assistente de Princípios de Sociologia Aplicados à Economia na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco; Ex-Professor Titular de Economia no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e à disposição da Faculdade de Direito da mesma Universidade; Ex-Professor Adjunto de História Moderna e Contemporânea no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco; Professor de Sociologia de Max Weber no Programa Integrado de Mestrado de Economia e Sociologia (PIMES) na Universidade Federal de Pernambuco; Professor de Sociologia do Conhecimento no Mestrado de Sociologia da Universidade de Brasília; Professor de História do Pensamento Brasileiro no Mestrado de História da Universidade de Brasília; Professor Titular da Universidade de Brasília. Autor de vários livros no Brasil e no exterior.

Rezek, José Francisco

(Vestibular ao CPCD, Noções de Direito; CPCD, 1º ano, Direito Internacional Público I)

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 1962–1966; Diploma de Estudos Superiores de Doutorado em Direito Público pela Faculdade de Direito da UFMG, 1966–1967; Bolsista da Interamerican University Foundation para viagem aos Estados Unidos da América, 1965; Diploma da Harvard University em curso de extensão: Instituições Americanas; Problemas do Desenvolvimento Econômico; Bolsista do Governo francês em nível de pós-graduação, 1967–1968, 1970; Integrante do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Internacional e Relações Internacionais da Academia de Direito Internacional de Haia, 1968; Doutor em Direito Internacional Público pela Universidade de Paris, 1970; Pesquisador-visitante na Universidade de Paris, a convite do Governo francês, 1973; Pesquisador de nível pós-doutoral na Universidade de Oxford, em Direito Público Comparado, com o patrocínio do Conselho Britânico, 1978–1979; Diploma in Law pela Universidade de Oxford, 1979. Professor Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais mediante concurso público, 1970; Professor de Direito Internacional Público, no curso de Bacharelado, e de Relações Internacionais, no curso de Doutorado, da Faculdade de Direito da UFMG, 1970; Professor de Direito Internacional Público nos cursos de graduação e pós-graduação, e de Direito Constitucional no curso de pós-graduação da Universidade de Brasília, desde abril de 1971; Membro da

Comissão Examinadora em concurso público para Auxiliar de Ensino de Direito Internacional Público promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais, 1971; Chefe do Departamento de Direito da Universidade de Brasília, 1974–1976; Membro da Comissão Examinadora de tese de doutoramento em Direito Internacional, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 1975; Membro da comissão de implantação e primeiro Coordenador do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília 1974–1975; Membro da Congregação de Carreira do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília, 1975–1977; Membro da Comissão de Honra e integrante de debates no 1º Forum Nacional de Ciências Jurídicas e Sociais, Brasília, 1976; Coordenador do Curso de Extensão sobre a Integração Latino-americana, promovido pelo Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 1977; Coordenador do Curso de Extensão sobre a Imunidade dos Estados Estrangeiros e de seus Agentes à Jurisdição Local, promovido pela Universidade de Brasília, 1977; Professor de Direito Internacional dos Ciclos de Treinamento de Especialistas em Promoção-Comercial do CENDEC, 1977–1980; Conferencista em várias Universidades, órgãos públicos e centros de pesquisa; Diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, 1978–1979. Procurador da República mediante concurso nacional, 1972; Promovido por merecimento, 1973 e 1974; Assessor do Procurador Geral da República, 1972–1978; Membro da Comissão designada pelo Procurador-Geral da República para elaborar o anteprojeto de Lei Orgânica do Ministério Público da União, 1974; Representante do Ministério Público Federal na Comissão designada pelo Procurador-Geral da República para elaborar o anteprojeto de Lei Complementar sobre a organização do Ministério Público, 1977; Subprocurador-Geral da República, com exercício junto ao Supremo Tribunal Federal, desde setembro de 1979. Advogado Judiciário do Estado de Minas Gerais, 1967; Assessor de Planejamento e Controle do Secretário de Estado de Administração, 1969; Secretário Jurídico do Ministro Bilac Pinto no Supremo Tribunal Federal, 1970; 1972; Membro da Comissão Examinadora em concurso público promovido pelo Senado Federal para Assessor Legislativo, 1972; Membro da Comissão Examinadora em concurso público promovido pelo Tribunal de Contas da União para Auditor, 1975; Membro da Comissão Examinadora em concurso público promovido pelo Conselho de Justiça Federal para Juiz Federal, 1975; Coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial (Justiça-Fazenda-Planejamento) para equacionar, mediante projeto de lei, o problema de guarda e destino dos bens apreendidos em casos de contrabando e descaminho, 1974–1975; Delegado do Brasil às três sessões da Conferência Diplomática para a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário Aplicável aos Conflitos Armados, Genebra, 1974–

1975–1976; Presidente da Banca Examinadora em concurso público promovido pela Câmara dos Deputados para Assessor Legislativo, 1977; Representante do Ministério da Justiça no Grupo de Trabalho Intermistrial incumbido de examinar o Protocolo Adicional às Convenções de Genebra sobre a proteção das vítimas dos conflitos armados, 1977–1978; Oficial da Ordem de Rio-Branco, 1979; Membro da Comissão designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores para a instrução dos processos decorrentes da Lei de Anistia nos quadros do Itamaraty, 1979. Autor de diversas obras, publicadas no Brasil e no exterior.

Ricúpero, Rubens

(CPCD, 29º ano, História das Relações Diplomáticas do Brasil; III CAE, examinador).

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FD–UF/SP; Estágio na AIEA, Viena, Cônsul de Terceira Classe, 1961; Segundo Secretário, 1964; Primeiro Secretário, 1970; Conselheiro, 1973; Ministro de Segunda Classe, 1978. Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1961/63; Assessor do Chefe do Serviço de Relações com o Congresso, 1961/63; Chefe da Divisão de Difusão Cultural, 1971/74; Chefe da Divisão da América Meridional II, 1977/80; Chefe, substituto, da Divisão de Fronteiras, 1979/80; Chefe, substituto, do Departamento das Américas, 1980. Viena, Terceiro Secretário, 1963/64; Viena, Encarregado do Serviço Consular, 1964; Viena, Segundo Secretário, 1964/66; Buenos Aires, Segundo Secretário, 1966/69; Buenos Aires, Chefe do Serviço de Promoção Comercial, 1967/69; Quito, Segundo Secretário, 1969/70; Quito, Encarregado de Negócios, 1969 e 1970; Quito, Primeiro Secretário, 1970/71; Quito, Encarregado de Negócios, 1970 e 1971; Washington, Conselheiro, 1974/77. Professor de “Teoria das Relações Internacionais”, da Universidade de Brasília, 1979/80; Professor de “História das Relações Internacionais do Brasil”, da Universidade de Brasília, 1980. Prêmio “Lafayette de Carvalho e Silva”; Prêmio Rio Branco e Medalha de Vermeil, IRBr; Ordem de Rio Branco, Comendador, Brasil; Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil; Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil; Medalha Tamandaré, Brasil; Ordem do Mérito, Oficial, Argentina; Ordem do Mérito, Oficial, Áustria; Ordem do Mérito, Oficial, Costa do Marfim; Ordem do Mérito, Oficial, Togo; Ordem do Mérito, Oficial, Gabão; Ordem do Mérito, Oficial, República dos Camarões; Ordem do Mérito, Comendador, Equador; Ordem Francisco Miranda, Comendador, Venezuela; Ordem do Sol, Comendador, Peru.

Squarisi, Dad Abi Chachine

(CPCD, 19º ano, Português para Estrangeiros)

Bacharelato e licenciatura em Letras – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 1971. Especialização em Linguística – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1978; Mestrado em Teoria da Literatura – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1979; Especialização em Lógica Matemática – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1979; Curso de Especialização sobre América Latina – Universidade de Brasília, Brasília, 1980. Congresso de Direito Penal e Ciências afins, Universidade de Brasília, 1967; Literatura Brasileira em Processo, Instituto Nacional do Livro, 1968; Treinamento de professores de Português, Universidade de Brasília, 1969; Expressão brasileira oral e escrita, Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, 1970; Literatura Cordel nordestina, Universidade de Brasília, 1970; Instrução programada, Centro de Ensino Técnico de Brasília, 1970; Simpósio sobre literatura Brasileira, Instituto Nacional do livro, 1971; Treinamento em ensino audiovisual para professores de Português dos Centros de Estudos brasileiros no exterior, Universidade de Brasília, 1972; VI Seminário Brasileiro de Linguística, Centro de Ensino Unificado de Brasília, 1972; Seminário intensivo de preparação de treinadores, Ministério da Educação e Cultura, 1973; IX Simpósio de literatura, Fundação Cultural do Distrito Federal, 1977; Treinamento para elaboração de unidades de ensino, Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1978; Assessora do Presidente do Conselho Nacional de Direito Autoral – Ministério da Educação e Cultura; professora de Língua Portuguesa da Associação do Ensino Unificado do Distrito Federal; crítica literária do Jornal José. Professora de 1º grau, Guaíba-RS, 1963; Relações Públicas, Interfilmes – Porto Alegre-RS, 1966; Secretária do Escritório do Estado do Rio Grande do Sul em Brasília, 1968; Professor de Português do Centro Educacional Nossa Senhora do Rosário, Brasília, 1969; Secretária da Bancada da ARENA do Rio Grande do Sul, Câmara dos Deputados, 1971; Professora de Português do Curso de Aperfeiçoamento para os funcionários do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado – IPASE, Brasília, 1969; Professora de Português do Instituto Realidade e Cultura – Madureza e Pré-Vestibular, Brasília, 1970; Professora de Português do Curso de Aperfeiçoamento para os Funcionários do Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA, Brasília, 1971; Professora de Português do Curso de Preparação para Ingresso na Escola de Sargentos da Marinha, Brasília, 1971; Professora de Português, concursada da Fundação Educacional do Distrito Federal, Brasília, 1970–74; Professora de Português no Curso de Reciclagem para Professores de Português da 5ª série, tendo em vista a reforma do Ensino de 1º e 2º graus, Universidade de Brasília 1972; Membro da Equipe de Pesquisadores encarregada dos trabalhos de coleta de material, análise e redação relativos ao Projeto de

Modernização de Estruturas e Métodos de Ensino do Português para Aloglotas, programado pelo Ministério das Relações Exteriores, sob responsabilidade do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, 1972; Professora de Redação no Curso de Redação Oficial para Secretárias de Estabelecimentos de Ensino do Distrito Federal, Centro de Ensino Técnico de Brasília, 1973; Revisora do Departamento de Documentação e Divulgação do Ministério da Educação e Cultura, 1972; Coordenadora da Revista Educação, Ministério da Educação e Cultura, 1973; Diretora da Divisão de Divulgação do Departamento de Documentação e Divulgação, Ministério da Educação e Cultura, 1973-74; Membro da Equipe Responsável pelas Revistas Cultura, Educação, e Legislação, Documenta e Revista Brasileira de Educação Física, Ministério da Educação e Cultura, 1973-74; Professora de Comunicação e Expressão dos Cursos Adicionais, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Educacional do Distrito Federal, 1973; Professora de Metodologia da Língua Portuguesa dos Cursos Adicionais, Ministério da Educação e Cultura/Cursos Adicionais, 1973; Professora de Português da Plenária - Planos e Ação, Brasília, 1973; Professora de Português do Curso de Treinamento para os Funcionários do Ministério das Minas e Energia, Ministério das Minas e Energia, 1973; Professora de Português no Curso de Aperfeiçoamento para os Professores do Ensino Supletivo de Brasília, Fundação Educacional do Distrito Federal, 1974; Professora de Literatura Brasileira para os Censores do Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Federal, 1974; Professora de Língua Portuguesa do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, contratada pelo Ministério das Relações Exteriores - Montevidéu-Uruguaí, 1974/76; Professora de Literatura Brasileira do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Montevidéu-Uruguaí, 1974/76; Coordenadora da Seção Didática do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Montevidéu-Uruguaí, 1974/76. Professora de Português no Curso de Aperfeiçoamento de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira para os Professores de 1º e 2º graus, Fundação Educacional do Distrito Federal, 1977; Professora de Português da Faculdade Católica de Ciências Humanas, 1978; Professora de Português e Redação Oficial no Curso de Aperfeiçoamento para os Secretários dos Departamentos do Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Educação e Cultura, 1978; Instrutora de Comunicação e Expressão no Curso de Aperfeiçoamento para Agente Administrativo, Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal, 1978; Instrutora de Redação Oficial no Curso de Aperfeiçoamento para Agente Administrativo, Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos Secretaria de Administração do Governo no Distrito Federal, 1978; Instrutora de Comunicação e Expressão no Curso de Aperfeiçoamento para os Funcionários da Companhia de Eletricidade de Brasília, Companhia de Eletricidade de Brasília, 1978; Professora de Língua Portu-

guesa, Curso de Aperfeiçoamento dos Funcionários do Ministério das Relações Exteriores, 1978; Crítica literária do Jornal de Brasília, 1978; Instrutora de Técnica de Documentação e Arquivo no Curso de Aperfeiçoamento para Agente Administrativo, Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal, 1979; Instrutora de Organização e Planejamento Curso de Aperfeiçoamento para Agente Administrativo, Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - Secretaria de Administração do GDF, 1979; Instrutora de Organização e Planejamento no Curso de Aperfeiçoamento para os Funcionários da Companhia de Eletricidade de Brasília, 1979; Professora de Português e Redação Oficial no Curso de Preparação dos funcionários do DER para o concurso de Agente Administrativo, Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - SEA, 1979; Professora de Português e Redação Oficial no Curso de Preparação dos funcionários do DETRAN para o Concurso de Agente Administrativo, Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - SEA, 1979; Elaboradora de Prova de Comunicação e Expressão e Redação Oficial para Reclassificação dos Agentes Administrativos do Departamento de Estradas de Rodagem do GDF, Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - SEA 1979; Elaboradora de Prova de Comunicação e Expressão e Redação Oficial para Reclassificação dos Agentes Administrativos do Departamento de Trânsito do GDF, Instituto de Desenvolvimento de recursos Humanos - SEA, 1979; Professora de Técnica de Redação no Curso de Aperfeiçoamento dos Funcionários da Câmara dos Deputados, Câmara dos Deputados, 1979/80; Professora de Português e Redação Oficial no Curso de Preparação dos Funcionários do DETRAN para o Concurso de Agente Administrativo, Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - SEA 1980; Professora de Português e Redação Oficial no Curso de Aperfeiçoamento para Secretárias, Comissão de Financiamento da Produção - Ministério da Agricultura, 1980; Professora de Técnicas de Secretariado, documentação e arquivo, no curso de aperfeiçoamento para Secretárias, Comissão de Financiamento da Produção - Ministério da Educação, 1980; Elaboradora da Prova de Comunicação e Expressão e Redação Oficial para reclassificação dos Agentes Administrativos do DETRAN, Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1980; Elaboradora das provas de Comunicação e Expressão para ascensão funcional de todas as categorias funcionais do Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Educação e Cultura, 1981; Elaboradora da prova de Comunicação e Expressão para seleção de candidatos ao IV CITRE, CENDEC/SEPLAN, 1981. Obras Publicadas - Sintaxe - Instrução programada Editora Marco, Brasília, 1971, Cronograma - Programa de Português para os Centros de Estudos Brasileiros da América Latina (co-autoria), apresentado à Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores a 29.02.72; Comunicação em Prosa e Verso (co-autoria), Editora

do Brasil, São Paulo, 1973; *Leitura para Conversação*, Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro (revisão, ampliação e atualização) Montevideu, 1975, *Viagem pelo Brasil em Imagens* (coordenação e co-autoria), diálogos, exercícios estruturais, ditados e leituras para ensino de português para hispano-americanos – Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Montevideu, 1975; *Módulos de Ensino Personalizado de Português para o 1º Grau Centro de Ensino Técnico de Brasília*, Ministério da Educação e Cultura, 1976/77; *Lições de Português para hispano-americanos* (coordenação, revisão, atualização e ampliação) Editora Globo, Porto Alegre, 1977; *Módulos de Ensino personalizado de Literatura Brasileira para o 2º Grau*, Centro de Ensino Técnico de Brasília, 1977; *Módulos de Ensino Personalizado de Educação Artística para o 1º grau* (Co-autoria), Centro de Ensino Técnico de Brasília, 1978; *Módulos de Ensino Personalizado de Educação Artística para o 2º Grau* (co-autora), Centro de Ensino Técnico de Brasília, 1978; *Unidades Instrucionais Planejadas de Documentação e Arquivo*; Brasília, Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, GDF, 1978; *Unidades Instrucionais Planejadas de Organização e Métodos e Introdução à Administração Geral*. Brasília, Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos – GDF, 1979; *Unidade de Ensino Personalizado: SUCAM – Natureza da sua Organização* (co-autoria). FUBRÁS – Fundação Franco-Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento, Brasília, 1979; *Unidades de Ensino Personalizado de Português* (co-autoria) FUBRÁS – Fundação Franco-Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento, Brasília, 1979; *Unidade de Ensino Personalizado: Atos Administrativos* (co-autoria. FUBRÁS – Fundação Franco-Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento, Brasília, 1979; *Módulos de Língua Portuguesa*. Centro de Ensino Técnico de Brasília, 1980; *Curso de Língua Portuguesa*, Ministério da Educação e Cultura, 1981; *Instrumentos de Ensino personalizado de língua portuguesa*, Fundação do Servidor Público/DASP, 1981. *Conferências Proferidas – Técnicas de abordagem de texto, desenvolvimento do trabalho redacional e estudo gramatical no ensino de Português, Supervisão de Português da Fundação Educacional do Distrito Federal*, 1971; *A dimensão do homem em José Lins do Rego*, Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Montevideu, Uruguai, 1975; *Apresentação de Machado de Assis*, Clube Brasileiro, Montevideu-Uruguai, 1976; *Amor e Solidão em Memorial de Aires* (debatedora), Universidade de Brasília, 1978.

Trindade, Antonio Augusto Cançado

(CPCD), 2º ano, Direito Internacional Público II)

Grau Ph.D. pela Universidade de Cambridge, Inglaterra, com a tese "Developments in the Rule of Exhaustion of Local Remedies in International Law" (em 2 vols., 1728 págs.); tese premiada com o "Yorke Prize", concedido pela Faculdade de Direito da Universidade de Cam-

bridge como a melhor das teses de Ph.D. (Doutorado) defendidas naquela Universidade, na área de Direito Internacional, no biênio 1977–1978; grau LL.B. em Direito Internacional Universidade de Cambridge (1973), diploma em Direito Internacional e Comparado, Instituto Internacional de Direitos Humanos, Universidade de Strasbourg (1974); Certificado em Direito Internacional do Seminário da Comissão de Direito Internacional da ONU (Genebra, 1975); Certificado de Pesquisa em Direito Internacional do Centro de Pesquisas da Academia de Direito Internacional de Haia (1974); bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1º prêmio em Direito Civil, 1971); Licenciado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1969). Obras de Direito Internacional. Livros: "Princípios do Direito Internacional Contemporâneo" (Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981); "The Application of the Rule of Exhaustion of Local Remedies in International Law" (Cambridge, Cambridge University Press, 1981, no prelo - livro baseado na tese de Ph.D. do autor); "International Positions of Brazil at the Multilateral Level" (Washington, Johns Hopkins University, 1981, no prelo). Monografias e Relatórios: "The Domestic Jurisdiction of States in the Practice of the United Nations and Regional Organisations", relatório apresentado ao Centro de Pesquisas da Academia de Direito Internacional de Haia em 1974, e publicado em 1976 no "International and Comparative Law Quarterly" de Londres (vol. 25); "O Estado e as Relações Internacionais" (Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979); "Delimitação de Competências entre a ONU e os Estados Membros e suas Implicações para a Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais", relatório apresentado às II Jornadas Latinoamericanas de Derecho Internacional em 1980 (Santiago, Universidad de Chile, 1981, no prelo); dentre outros. Artigos: mais de cinquenta artigos publicados até o presente nos principais periódicos de Direito Internacional de quinze países, dentre os quais: "Archiv des Völkerrechts" (Tübingen, 1977); "Revue belge de droit international" (Bruxelas, 1976); "Jahrbuch für internationales Recht/German Yearbook of International Law" (Kiel, 1979); "International and Comparative Law Quarterly" (Londres, 1976 e 1979); "Revue de droit international de sciences diplomatiques et politiques" (Genebra, 1977 a 1981); "Indian Journal of International Law" (Nova Délhi, 1976 e 1978); "Nederlands Tijdschrift voor internationaal Recht" (Leiden, 1977); "Rivista di Diritto Internazionale" (Milão, 1978); "Revue des droits de l'homme – Droit international et comparé" (Paris, 1976 e 1977); "Cahiers de droit européen" (Bruxelas, 1978); "Cambridge Law Journal" (Cambridge, 1977); "Österreichische Zeitschrift für öffentliches Recht" (Viena, 1978); "Philippine Law Journal" (Filipinas, 1978); "Malaya Law Review" (Cingapura, 1976) "Revista de Direito Público" (São Paulo, 1979); "Arquivos do Ministério da Justiça" (Brasília, 1979

a 1981); "Revista brasileira de Estudos Políticos" (Belo Horizonte, 1981); "Revista de Informação Legislativa do Senado Federal" (Brasília, 1979 a 1981); "Revista da Faculdade de Direito da UFMG" (Belo Horizonte, 1976 a 1979); e vários outros. Contribuições a Coletâneas: "O Impacto de Tratados e Resoluções nas Relações Internacionais na América Latina", in "Curso de Derecho Internacional" (Organizado pela Comissão Jurídica Interamericana), 1981, vol. VIII, Secretaria Geral da OEA, no prelo; Prefácio à Reedição dos "Apontamentos para o Direito Internacional" de A. Pereira Pinto (em 4 vols.), Projeto "Memória Jurídica Nacional", Brasília, Imprensa Nacional, 1980; "O Direito Internacional em Debate com Raymond Aron", in "Aron na UnB", Coleção "Itinerários", Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, no prelo, dentre outros. Experiência Profissional. Professor Adjunto II do Quadro Docente da Universidade de Brasília, área de Direito Internacional (desde 1978-1979); Chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (1979-1981); Professor Titular Visitante da Universidade de Los Andes, Mérida, Venezuela, autor das Conferências "Simón Bolívar" de Direito Internacional de 1981; Professor de Direito Internacional Público II no Instituto Rio-Branco (1979-1981); Assessor Jurídico do Escritório da organização das Nações Unidas em Genebra (dez. 1978-mar. 1979); Assessor da Delegação Brasileira na VI Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites (1981); Professor Visitante, a convite do Governo dos Estados Unidos (Universidades de Harvard, Tufts, Denver, U.C.L.A. - Berkeley, Stanford, fev-mar. 1980); Coordenador de Pesquisas do Projeto "Memória Política Nacional", Grupo "Relações Internacionais", Convênio Câmara dos Deputados/Universidade de Brasília, 1979; Conferencista do Curso de Direito Internacional da Comissão Jurídica Interamericana da OEA (1981), e do Curso de Formação e treinamento de Diplomatas no Suriname (1981); Relator de tema nas II Jornadas Latino-Americanas de Direito Internacional, Chile (1980); Editor Correspondente (do Brasil) dos "International Legal Materials" (dez. 1981 em diante); Editor Executivo da Revista "Relações Internacionais" (Brasília, UnB, 1979-1980); Membro das Congregações de Carreira e Graduação e Pós-Graduação (1979-1981) e de Banca Examinadora de Dissertação de Mestrado, área de Organizações Internacionais (nov. 1979), Universidade de Brasília; Conferencista da Escola de Ciências Internacionais, Universidade Central de Quito, Equador (nov. 1981); Coordenador do VI Seminário sobre Política Exterior do Brasil, Universidade Federal de Minas Gerais (ago. 1981); Presidente da Comissão de Implantação do Mestrado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília (1981); Examinador do concurso vestibular, Instituto Rio-Branco (Direito, 1979); Professor Contratado do Departamento de Ciência Política da UFMG, Assessor do Serviço de Relações Internacio-

nais da reitoria da UFMG, e Auxiliar de Ensino da UFMG mediante concurso público (1971-1972); Participação, a convite, como relator ou debatedor, de inúmeros congressos internacionais na área do Direito Internacional, no Brasil e vários outros países (1975-1981). Associações Científicas e Profissionais. Sociedade Brasileira de Direito Internacional (associado); International Law Association (seção britânica); British Institute of International and Comparative Law; Centre International de Formation et de Recyclage des Enseignants de Droit (Strasbourg); American Society of International Law; Indian Society of International Law (membro convidado); Institute of Advanced Legal Studies (Londres); Cambridge University Philosophical Society; Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (sócio titular fundador e membro do comitê Diretivo); Fundação Brasileira de Direito Econômico (membro fundador e ex-Diretor); Inter-American Bar Association (Co-Presidente do Comitê de Direitos Humanos); Ordem dos Advogados do Brasil (seção de Minas Gerais); dentre outras.

Villela, Ana Maria

(CPCD, 20.º ano, Direito Internacional Privado)

Bacharel em Direito pela UFMG (1960); Docteur d'État (Droit privé), pela Faculté de droit et sciences économiques de l'Université de Paris (1970), hoje Paris II; Ainda na Universidade de Paris: D.E.S. de droit privé (1963); D.E.S. de sciences criminelles (1969); Certificado de habilitação ao Doctorat de l'Université (droit civil), 1962; Curso de Direito Comparado e Brevet de terminologia jurídica: francês-alemão, no Institut de droit comparé, da Universidade de Paris, 1962; Na Faculté internationale pour l'enseignement du droit comparé (Strasbourg): Vários cursos de especialização em Direito Comparado, de 1962-1973, a saber: em Strasbourg, Helsinki, Ljubljana, Trieste, Pescara, Teerã e Istambul; Na Universidade de Londres: Curso de LL.M., King's College, 1979; Pesquisa em vista de um livro, posteriormente publicado, no Institute of Advanced Legal Studies, 1979; Na Academia de Direito Internacional de Haia: Diploma do Centre de recherches de droit international et Relations Internationales, 1977 (Tema: Rios internacionais); Cursos de Direito Internacional Público e Privado, 1972, 1974; Curso e treinamento em Direito internacional, pelo UNITAR/ONU, 1974; Na Université Libre de Bruxelles: Estágio patrocinado pela OEA sobre "Aspectos jurídicos e econômicos da integração europeia, 1972. No Institut Universitaire International de Luxembourg: Curso sobre: "Influência da Comunidade Econômica Europeia sobre o Direito Internacional Privado dos países membros", 1979; Na Universidade de Roma: Cursos e pesquisas no Instituto de Direito Romano, 1981; Ainda na Itália: Pesquisas no UNIDROIT (Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado, 1981; Ministrou, na Universidade de Salerno,

curso sobre: Relações Itália-Brasil, no Direito Internacional Privado Brasileiro, março de 1981; Na Universidade Externado de Colômbia: Relatora básica no Congresso de Direito Romano, que comemorou o bicentenário de nascimento de Andrés Bello, 1981; Outros cursos: Curso completo de alemão, no Instituto Goethe de Belo Horizonte, 1956-1960; Curso completo de italiano, na Sociedade de Cultura Italiana, em Belo Horizonte, 1956-1960; Cursos incompletos de Letras Clássicas e Línguas Anglo-germânicas, na Faculdade de Filosofia da UFMG, entre 1956 e 1960. Monitora de Direito Civil e de Direito Penal, na Universidade de Paris II, 1966, 1967, 1968; Professora na Universidade de Brasília, desde 1969, primeiramente no Departamento de Direito, e, depois, no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais; Desde 1977, ministra aulas de Direito Internacional Privado no Instituto Rio-Branco, desde 1979, ministra aulas de Direito do Comércio Internacional no CITRE, Itamaraty; Durante dois anos ministrou aulas na ESAF. Diretora do Centro de Estudos de Direito Romano e Sistemas Jurídicos da Universidade de Brasília; Membro da Câmara de Pesquisa e pós-graduação da UnB; Ex-coordenadora do mestrado em Direito e Estado da UnB; Ex-membro do Conselho Universitário da UNB; Ex-subchefe do Departamento de Direito de UnB; Ex-subchefe do Departamento de Relações Internacionais da UnB; Ex-Vice-Diretora da Faculdade de Estudos Sociais da UnB. Disciplinas atualmente sob sua responsabilidade na UnB: Sistemas de Direito Contemporâneo; Direito das Sociedades Comerciais; Direito Romano das Institutas; Direito Internacional dos Negócios. Publicações: *La transmission d'héritité en droit français et en droit brésilien*, Paris, Libraires techniques, 1970; *O divórcio no Direito Internacional Privado Brasileiro*, Rio, Forense, 1980; Desde 1973, responsável pela rubrica "Brésil", do *Annuaire Français de Législation Étrangère*; *Le droit international privé brésilien et la question du divorce*, in *Revue critique de droit international privé*, Paris, Sirey, 1980; Várias outras contribuições em revistas e obras coletivas publicadas no Brasil e no exterior.

LEGISLAÇÃO

V CURSO DE ALTOS ESTUDOS – EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e das Portarias nºs 450 e 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alteradas pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas no período de 1º a 31 de março de 1981 as matrículas para o Quinto Curso de Altos Estudos (V CAE).

2. Poderão solicitar matrícula no V CAE, mediante preenchimento e apresentação do formulário apropriado, os Conselheiros lotados no Brasil ou no exterior. O formulário poderá ser obtido na Secretaria do Instituto, e será distribuído às Repartições no exterior.

3. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto poderá estabelecer um limite de vagas, com o propósito de formar turma de dimensão razoável. Neste caso, a seleção dos candidatos far-se-á com base nos seguintes critérios sucessivamente:

- i) presença no Quadro de Acesso;
- ii) ordem de antigüidade na Classe.

A lista dos candidatos matriculados será divulgada até o final de abril de 1981.

4. É a seguinte a relação das disciplinas do V CAE:

- i) Relações Internacionais
- ii) Desenvolvimento Regional do Brasil
- iii) Desenvolvimento Social do Brasil
- iv) Teoria e Problemas do Desenvolvimento Econômico
- v) Alguns Problemas Contemporâneos do Direito Internacional.

5. Os alunos matriculados receberão textos básicos e material informativo adicional sobre as disciplinas acima relacionadas.

6. Ao requerer matrícula, o candidato deverá propor ao Diretor do Instituto o tema para um trabalho a ser preparado por escrito, fazendo constar da sua proposta o esquema estrutural, justificativa da escolha e informação sobre as dimensões previstas. Ao conceder a matrícula, o Diretor do Instituto indicará as normas a serem seguidas no preparo do texto, bem como, se for o caso, as alterações a serem obedecidas na formulação do tema.

7. Até o último dia de março de 1982 serão recebidos pelo Instituto os trabalhos propostos, os quais serão submetidos à avaliação da Banca Examinadora a ser oportunamente constituída, em conformidade com o Artigo

4º da Portaria nº 451/1977, do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Até o final de julho de 1982 será feita a avaliação em apreço, bem como, sucessivamente, a defesa oral a que se refere o Artigo 4º mencionado e o estágio na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cujas características serão anunciadas no momento oportuno.

8. Ao avaliar os trabalhos, a Banca Examinadora terá a faculdade de não tomar conhecimento daqueles que não revelem as qualidades mínimas indispensáveis; nesta hipótese, seus autores serão desligados do Curso, mas poderão, por uma só vez, reapresentar seu trabalho em Curso posterior.

9. A Banca Examinadora adotará os seguintes critérios para avaliação e julgamento dos trabalhos escritos:

1. Relevância funcional e utilidade como subsídio para o serviço diplomático brasileiro;
2. Aprofundamento do tema tratado;
3. Maturidade;
4. Originalidade;
5. Metodologia adequada;
6. Correção de conceitos e pertinência das conclusões;
7. Precisão factual;
8. Qualidade da linguagem;
9. Relevância, riqueza e assimilação das fontes;
10. Apresentação.

10. A aprovação no CAE será por conceito, não havendo classificação ou notas. Os alunos que não forem aprovados poderão solicitar matrícula em Curso posterior, mas estarão impossibilitados de reapresentar temas de trabalhos que hajam sido rejeitados pela Banca Examinadora, após arguição do autor.

11. Serão automaticamente desligados do Curso os alunos que tenham sido promovidos à classe seguinte, após efetuada sua matrícula.

12. Para os fins previstos no Artigo 3º do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, a data de instalação do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e do Curso de Altos Estudos é a de 15 de agosto de 1977 (cf. Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco, de 20.4.1977, publicado no "Diário Oficial" de 2.5.1977). Nestas condições, decorridos cinco anos a partir daquela data, (isto é, após 15 de agosto de 1982) constituirá requisito para progressão funcional a Primeiro Secretário, e a Ministro de Segunda Classe, haver o funcionário obtido aprovação no CAD e no CAE, respectivamente.

Brasília, em 27 de janeiro de 1981.

a) Sergio Guarischi Bath

V CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS – EDITAL

O Diretor Substituto do Instituto Rio-Branco faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e das Portas-

rias nºs 450 e 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alteradas pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas no período de 3 a 31 de agosto de 1981 as matrículas para o Quinto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (V CAD).

Quinto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

2. Poderão solicitar matrícula no V CAD, mediante preenchimento e apresentação do formulário apropriado, os Segundos Secretários lotados no Brasil ou no exterior. O formulário pode ser obtido na Secretaria do Instituto, e será distribuído às Repartições no exterior.

3. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto poderá estabelecer um limite de vagas, com o objetivo de formar turma de dimensão razoável. Nesta hipótese, a seleção dos candidatos far-se-á com base nos seguintes critérios, aplicados sucessivamente:

- i) presença no Quadro de Acesso;
- ii) ordem de antiguidade na Classe.

A lista dos candidatos matriculados será divulgada até o final de setembro de 1981.

4. É a seguinte a relação das disciplinas do V CAD:

- i) Relações Internacionais
- ii) Organismos Internacionais
- iii) Administração Pública Federal
- iv) Economia Brasileira
- v) Comércio Exterior do Brasil
- vi) Sistema Brasileiro de Orçamento e Execução Financeira.

5. O Instituto fornecerá aos alunos textos básicos e, quando cabível, outro material informativo sobre as disciplinas acima relacionadas. Haverá exame escrito dessas matérias, previsto para o período de março a abril de 1982.

6. A aprovação no CAD será por conceito, não sendo divulgadas classificação ou notas. Os alunos que não forem aprovados poderão solicitar matrícula em curso posterior.

7. Está prevista a abertura de matrícula para o VI CAD, em princípio, para o período entre 1º e 30 de junho de 1982.

Disposições Gerais

8. Os alunos matriculados no V CAD deverão acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que o compõem, mantendo atualizados os textos básicos a elas referentes, durante o desenrolar do Curso. A aferição do aproveitamento do estudo dessas matérias será feita à luz de tal atualização.

9. Para os fins previstos no Artigo 3º do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, a data de instalação do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas é a de 15 de agosto de 1977 (cf. Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco, de 20.4.1977, publicado no "Diário Oficial" de 2-5-1977). Nestas condições,

decorridos cinco anos a partir daquela data (isto é, após 15 de agosto de 1982), constituirá requisito para progressão funcional a Primeiro Secretário a aprovação no CAD.

Brasília, em 17 de julho de 1981.

a) Oswaldo Biato

VESTIBULAR AO CPCD

Portaria nº 500 de 09 de dezembro de 1981

O Ministro de Estado das Relações Exteriores no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 71.534, de 12 de dezembro de 1972, e considerando o disposto no Artigo 15 do mesmo decreto.

Resolve:

Aprovar as instruções e programas do Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio-Branco, a ser realizado em 1982.

O Diretor do Instituto Rio-Branco divulgará, por Edital, as instruções e programas em apreço, bem como os atos complementares que se fizerem necessários.

Brasília, em 09 de dezembro de 1981.

a) Ramiro Saraiva Guerreiro

VESTIBULAR AO CPCD – EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, de 22 de março a 20 de abril de 1982, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 500 de 9 de dezembro de 1981, que acompanham o presente Edital.

2. As inscrições poderão ser feitas: a) na sede do Instituto Rio-Branco, no Ministério das Relações Exteriores, e b) nos Centros Regionais de Inscrição do Instituto Rio-Branco em Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

3. É fixado em 40 o número de vagas no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano letivo de 1983, a serem providas pelos candidatos aprovados de acordo com a ordem de classificação.

Brasília, em 9 de dezembro de 1981.

a) Oswaldo Biato